



SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR **SINAES**

VOLUME 3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE
INTEGRAÇÃO E DE AVALIAÇÃO DO EGRESSO
NA MELHORIA DA IES

INEP

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



- **Presidência da República Federativa do Brasil**
- **Ministério da Educação**
- **Secretaria Executiva**
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**
- **Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes)**

**SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
(SINAES)**

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

V. 3

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INTEGRAÇÃO E DE AVALIAÇÃO DO EGRESSO
NA MELHORIA DA IES

BRASÍLIA-DF
2015

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Diretoria de Avaliação da Educação Superior

Organização

Claudia Maffini Griboski
Suzana Schwerz Funghetto

Colaboradora

Prof^a Dr^a. Marília Costa Morosini

Equipe Técnica

Patrícia Carla Ruas Guimarães
Robson Quintilio

Revisão

Foco Opinião e Mercado LTDA ME

Normalização

Foco Opinião e Mercado LTDA ME

Diagramação

Érika Janaina de Oliveira Saraiva Santos

Projeto gráfico e capa

Marcos Hartwich

Capa

Raphael C. Freitas

Apoio

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

Tiragem

5.000 exemplares

Editoria

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos, Térreo – CEP 70610-440 – Brasília-DF – Brasil
Fones: (61) 2022-3070, 2022-3077
editoracao@inep.gov.br – <http://www.publicacoes.inep.gov.br> – publicacoes@inep.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- I59i Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil).
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : Inep, 2015.
5 v.

Conteúdo: v. 1 Análise dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes das Áreas Avaliadas em 2005 e 2008, com ênfase nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Pedagogia. -- v. 2 Caracterização dos cursos de graduação: Análise do Conceito Preliminar de Curso (CPC) obtido em 2008. -- v. 3 Política institucional de integração e de avaliação do egresso na melhoria da IES. -- v. 4 Egresso e empregabilidade: análise da relação do egresso dos cursos de graduação avaliados no Enade 2005 e 2008 e sua inserção no mercado de trabalho. -- v. 5. Avaliação *in loco*: referenciais no âmbito do Sinaes.

ISBN 978-85-7863-034-8 (v. 1) – ISBN 978-85-7863-036-2 (v. 2) – ISBN 978-85-7863-037-9 (v. 3) – ISBN 978-85-7863-038-6 (v. 4) – ISBN 978-85-7863-039-3 (v. 5)

1. Avaliação da Educação Superior. 2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 3. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. I. Título.

SUMÁRIO



LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7	
LISTA DE TABELAS	7	
LISTA DE GRÁFICOS	8	
LISTA DE QUADROS	8	
APRESENTAÇÃO	11	
INTRODUÇÃO	19	
CAPÍTULO 1	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES): O ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO SEGUNDO RELATOS DE CPAS.....	21
	1.1 Avaliação das Instituições de Educação Superior: autoavaliação – Comissão Própria de Avaliação (CPA)	29
	1.2 Organização acadêmica e categoria administrativa das IES com relatórios das CPAs sobre egressos de acordo com as regiões da Federação.....	31

1.3 Cálculo da amostra em foco (aleatória simples).....	34
1.4 Cálculo da amostra estratificada proporcional.....	35
1.5 Tratamento dos dados.....	36
1.5.1 Categorias de Organização.....	40
1.5.2 Categorias Substantivas.....	41
 CAPÍTULO 2	
GOVERNANÇA ACADÊMICA: RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS	43
2.1 Governança acadêmica: contribuição do relatório das CPAs/egresso à qualidade da IES – a perspectiva quantitativa	45
2.2 Governança acadêmica: contribuição da avaliação da instituição pelos egressos – a perspectiva quantitativa	53
2.2.1 Inserção profissional do egresso.....	53
2.2.2 Participação dos egressos na vida da IES	57
2.2.3 Avaliação do egresso e da sociedade.....	60
 CAPÍTULO 3	
CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DIREÇÃO À GOVERNANÇA COMPARTILHADA NA PERSPECTIVA DO ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	69
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1	Relatórios de avaliação institucional/egressos, CPAs, por organização acadêmica, segundo região geográfica – 2008	31
Tabela 2	Relatórios de avaliação institucional/egressos, CPAs, por categoria administrativa, segundo região geográfica – 2008.....	32
Tabela 3	Quantidade dos estratos da categoria, por regiões da Federação	35
Tabela 4	Relatórios de avaliação institucional/egressos, CPAs, segundo região geográfica, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	46
Tabela 5	Relatórios das CPAs/egressos, segundo categoria administrativa da IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	49
Tabela 6	Relatórios das CPAs/egressos, segundo organização acadêmica da IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	52

GRÁFICOS

Gráfico 1	Relatórios de avaliação institucional/egressos, CPAs, por organização acadêmica, segundo região geográfica – 2008.....	32
Gráfico 2	Relatórios de avaliação institucional/egressos, CPAs, por categoria administrativa, segundo região geográfica – 2008.....	33
Gráfico 3	Relatórios das CPAs/egressos, segundo a região da IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	47
Gráfico 4	Relatórios das CPAs/egressos, segundo a região da IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	48
Gráfico 5	Relatórios das CPAs/egressos e organização acadêmica das IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	49
Gráfico 6	Relatórios das CPAs/egressos, segundo categoria administrativa da IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	50
Gráfico 7	Relatórios das CPAs/egressos, segundo categoria administrativa da IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	51
Gráfico 8	Relatórios das CPAs/egressos, segundo organização acadêmica da IES, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	52

QUADROS

Quadro 1	Dimensões de avaliação, grupos de indicadores e indicadores.....	25
Quadro 2	Valor atribuído, categoria e descritores da tipologia de avaliação dos relatórios das Comissões de Avaliação (CPAs), no item egressos, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	40
Quadro 3	Organização dos dados para a análise substantiva.....	41
Quadro 4	Valor atribuído, categoria e descritores da tipologia de avaliação dos relatórios das Comissões de Avaliação (CPAs), no item egressos, 2º Ciclo Avaliativo/Sinaes – Brasil – 2008.....	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Etapas da avaliação interna: autoavaliação.....	30
Figura 2	População (IES), subpopulações (regiões) e os relatórios das CPAs correspondentes a cada subpopulação	36
Figura 3	Categorização indutiva emergente.....	39
Figura 4	Campo científico e campo profissional na educação superior	67

APRESENTAÇÃO



Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) segue as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), cabendo ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio de sua Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), a organização de todo o processo avaliativo.

O Sinaes tem a importante missão de avaliar a graduação valorizando aspectos indutores da melhoria da qualidade da educação superior e da formação acadêmica dos estudantes brasileiros. As avaliações realizadas no âmbito desse sistema aferem a qualidade das Instituições de Educação Superior (IES), de cursos de graduação e de desempenho de estudantes.

A avaliação das instituições busca identificar o seu perfil e a qualidade da sua atuação, considerando suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. No caso dos cursos de graduação, a avaliação tem como objetivo verificar as condições de ensino oferecidas, o perfil do corpo docente e a organização didático-pedagógica. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), tem a finalidade de avaliar o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências – esse exame também oferece elementos para a construção de indicadores de qualidade dos cursos que servem de referência para os processos posteriores de avaliação *in loco*. O resultado das avaliações possibilita traçar um panorama da educação superior brasileira.

Nesse contexto, o Inep objetiva a efetiva implementação do Sinaes, de forma que integre instâncias e pessoas responsáveis pela definição e aplicação de suas diretrizes. Seu papel é, para tanto, aprimorar instrumentos e procedimentos de avaliação, divulgar seus resultados e, além disso, reafirmar o seu caráter formativo e diagnóstico da avaliação para agregar valor e densidade quantitativa e qualitativa ao processo avaliativo.

Para isso, é preciso identificar convergência de objetivos e de procedimentos entre as partes envolvidas na avaliação e resultados produzidos. Também é preciso flexibilidade do órgão avaliador para efetuar os ajustes necessários ao desenvolvimento e à eficácia do processo, preservando a qualidade e o alcance das metas definidas, sem que isso possa ser entendido como abandono de princípios e de diretrizes de natureza formativa.

Nesse sentido, apesar das fragilidades inerentes ao processo avaliativo, o conjunto das avaliações resultantes da implementação do Sinaes, aliado ao Conceito Preliminar de Curso (CPC) e ao Índice Geral de Cursos (IGC), materializa o cumprimento de uma importante etapa rumo à consolidação de uma cultura de avaliação na educação superior.

Características e objetivos da avaliação

Os aspectos normativos, a dinâmica e a lógica processual que orientam a educação superior brasileira, no que se refere às avaliações de instituições e cursos de graduação, apontam a vinculação entre avaliação, regulação e supervisão¹. Isso significa dizer que os resultados do Sinaes, no seu conjunto ou em cada uma das dimensões que o integram, podem atender a finalidades diferenciadas, a depender das ações que serão implementadas com base nos seus resultados. Entretanto, e independentemente do fim a que se destinam, as avaliações realizadas pelo Inep objetivam subsidiar o aprimoramento de instituições e cursos, além de informar a sociedade em geral.

Dessa forma, a avaliação da graduação assume um papel significativo no fortalecimento da educação superior, permitindo à sociedade, aos órgãos de gestão dessa modalidade de educação e às próprias instituições utilizá-la como instrumento diagnóstico importante para referenciar e definir políticas públicas relevantes para o desenvolvimento institucional e social.

Considerando os fins a que se propõe a avaliação de instituição, de curso e de estudante, os contextos em que ela se desenvolve e as diretrizes que a orientam e, ainda, partindo de uma compreensão global dos atos que regulam a entrada e a permanência das instituições e cursos no sistema federal de

¹ De acordo com o Decreto nº 5.773/2006, a regulação se efetiva por meio de atos autorizativos administrativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação. Já a supervisão se realiza com o objetivo de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável. Essas ações são de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e se efetivam por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

ensino superior², pode-se afirmar que as avaliações de IES e cursos que são realizadas pelo Inep só têm início após a análise pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC) das informações inseridas pelas IES no sistema e-MEC, as quais, basicamente, estão consubstanciadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

No contexto do Sinaes, a avaliação é referencial básico para os processos de regulação e supervisão, com reflexos objetivos na tomada de decisão sobre a entrada e a permanência de IES e de cursos no sistema federal de educação superior.

Assim, as avaliações indicam o atendimento e o cumprimento das exigências para o funcionamento de IES ou de cursos e traduz o desenvolvimento eficiente das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão definidas no PDI e na autoavaliação realizada pelas IES. Registram, ainda, a presença dos indicadores de qualidade que consolidam o PPC, a infraestrutura e o corpo docente dos cursos, identificando aspectos inovadores que vão além do projeto original, reforçam a identidade das IES e dos cursos, sinalizam atualização ante as inovações educacionais, tecnológicas e culturais e possibilitam o realinhamento permanente do planejamento institucional.

Em síntese, as peculiaridades da avaliação, da regulação e da supervisão traduzem a compreensão de que essas dimensões possuem naturezas distintas, competências, objetivos e procedimentos diferenciados e são autônomas nas suas formas de execução. Contudo, elas têm aspectos convergentes e complementares que colaboram na efetividade das ações voltadas à qualificação da educação superior, ratificando a relevância social do Sinaes e cumprindo as normas que estabelecem essa complementaridade.

Referências para a qualidade da avaliação

Definir aspectos e parâmetros de avaliação para a graduação resume um grande desafio diante da complexidade desse universo e da necessidade de apresentar resultados rápidos, para que o aprimoramento do processo não seja protelado em decorrência do longo tempo de resposta para os problemas identificados.

Ao lado dos elementos estruturantes da avaliação que dão materialidade ao Sinaes, destaca-se também a utilização de indicadores de qualidade que, mesmo de forma preliminar, traduzam uma situação identificada nas IES e nos seus cursos. Igualmente, a existência de referenciais mínimos de qualidade para funcionamento de IES e cursos, assim como de bons instrumentos de avaliação, de um conjunto de avaliadores capacitados e de procedimentos objetivos, claros e reconhecidos por todos, são imprescindíveis para qualificar o processo avaliativo.

² O sistema federal de ensino superior compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior (Decreto nº 5.773/2006).

Importa também observar outros aspectos que cercam a avaliação propriamente dita, como o perfil do avaliador – em termos de conhecimento e conduta pessoal –, diagnósticos que possibilitem uma visão geral da instituição e dos seus cursos, bons instrumentos de avaliação e clareza em relação ao que se espera dos avaliados e dos avaliadores.

Porém, independentemente dos diferentes aspectos e dos contextos em que se realiza a avaliação, o processo avaliativo não pode prescindir de referenciais mínimos de qualidade. Não se pode perder de vista, portanto, que a avaliação da educação superior visa a aferir qualidade e os seus resultados devem ser capazes de responder a essa expectativa. Por essa razão, instrumentos, referenciais e critérios de avaliação são pensados e definidos para identificar o que se quer em termos de qualidade para a educação superior como um todo.

Embora o perfil institucional e as diferenças regionais possam produzir situações específicas e exigir leituras mais ou menos alargadas sobre a situação da educação superior no País, a qualidade dos cursos de graduação, independentemente de onde eles sejam oferecidos, deve ser perseguida por todos, indistintamente. Afinal, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que balizam a formação dos estudantes nos diferentes cursos de graduação definem as mesmas expectativas de qualidade para o perfil profissional, as competências e as habilidades esperadas dos egressos de cursos superiores.

Avaliações do Sinaes: conceitos e índices de referência

No cumprimento do Sinaes, o foco da avaliação recai fundamentalmente nas instituições e nos cursos já em estágio de autorização e de consolidação do seu funcionamento, o que a caracteriza como uma avaliação institucional externa, voltada a, entre outras aplicações, referendar a qualidade das instituições, principalmente das que estão na fase de credenciamento; e como avaliação de curso, que verifica a qualidade daqueles em fase de renovação do reconhecimento.

A partir do ano de 2008, observando o quantitativo de avaliações a serem realizadas para cumprimento do Sinaes, a Conaes e o Inep definiram um escalonamento entre as instituições e os cursos a serem avaliados, considerando o grupo de cursos participantes de cada uma das edições anuais do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Com essa sistematização, constituiu-se o 1º Ciclo Avaliativo do Sinaes, com grupos formados pelos cursos das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Serviço Social – todos já avaliados no Enade de 2004 e de 2007 – e suas respectivas instituições, que está contemplado no livro 1 desta coleção.

O segundo grupo, formado pelos cursos das áreas de Ciências Exatas, Licenciaturas e áreas afins, avaliados no Enade de 2005 e 2008, bem como suas respectivas instituições, forma o objeto desta publicação.

E um terceiro grupo formado pelos cursos de Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins, avaliados no Enade de 2006 e 2009 para análise posterior.

Para esses grupos de cursos, foi definido o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), divulgado pelo Inep/MEC logo após os resultados do Enade.

O CPC, criado pela Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008 e ratificado na Portaria nº 40/2007, editada em 2010, consubstancia os resultados do Enade e complementa o diagnóstico inicialmente traçado por meio do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Na composição desse índice, são agregados outros componentes à avaliação, tais como infraestrutura e corpo docente. Além disso, por meio do questionário do estudante, reúnem-se dados sobre infraestrutura, instalações físicas e recursos didático-pedagógicos oferecidos pelo curso. Outro insumo na composição do CPC é coletado no cadastro docente e se refere à titulação e ao regime de trabalho.

Para o CPC são atribuídos conceitos que vão de 1 até 5. Dessa forma, os cursos que obtiverem CPC 3, 4 ou 5 têm a prerrogativa de dispensar a visita dos avaliadores, caso em que o conceito preliminar automaticamente passa a ser o Conceito de Curso (CC). Já os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 devem obrigatoriamente solicitar a avaliação *in loco* para que recebam um conceito, que poderá ser igual, maior ou menor que o CPC.

Para o CC são emitidos conceitos de 1 a 5. O conceito 5 indica que o curso é referência na sua área, o 4 demonstra um nível elevado de qualidade e o 3 informa que o curso atende ao padrão de qualidade para o funcionamento. Os conceitos 1 e 2 mostram que o curso apresenta fragilidades e que não atende às condições necessárias ao funcionamento.

Para efeito da avaliação institucional externa, tem-se como referencial o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). Criado pela Portaria Normativa MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008, o IGC é um indicador de qualidade dos cursos oferecidos pelas IES, considerados aqueles que possuem conceitos nas avaliações do Enade.

Na sua composição, o IGC contempla a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizada a média dos CPCs. Para a pós-graduação, é utilizada a Nota Capes. O resultado é apresentado em valores contínuos, que vão de 0 a 500, e são transformados em faixas de 1 a 5. O IGC de cada instituição de educação superior é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, sempre em momento imediatamente posterior à divulgação dos resultados do Enade e do CPC.

Na avaliação institucional externa, o IGC é utilizado como um referencial para o avaliador e não dispensa a avaliação *in loco*. Para essa avaliação, também é indispensável a elaboração do relatório de autoavaliação, o que deverá ser feito pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Igualmente como ocorre com os cursos de graduação, após as avaliações *in loco* é atribuído o Conceito de Instituição (CI), que traduz a avaliação de um conjunto de 10 dimensões definidas pela Conaes.

Ao finalizar o processo de avaliação e definir o conceito de um curso e de uma instituição, compete ao Ministério da Educação, por meio de suas secretarias, as decisões acerca dos procedimentos a serem implementados em consequência dos resultados das avaliações. Assim, o ciclo de avaliação começa e termina no Inep, mas as medidas de supervisão e de regulação são efetivadas pelas secretarias do MEC.

Cabe ressaltar que, como em todas as ações complexas, dúvidas e inquietações, também estão presentes no processo de avaliação da educação superior. Contudo, no atual estágio de implantação do Sinaes, é possível identificar argumentos, estratégias e convergências da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, no sentido de reconhecer o importante caminho já percorrido, além de reforçar a imperiosa necessidade de assegurar a consolidação da cultura de avaliação em todos os níveis da educação brasileira. É possível reconhecer, ainda, o importante papel do MEC na condução das ações de regulação e supervisão da educação superior, o que não apenas garante consequência aos processos avaliativos e reafirma o caráter sistêmico do Sinaes mas também cumpre a sua responsabilidade social.

Dessa forma, esta coleção organizada com cinco volumes visa a consolidar os resultados do 2º Ciclo Avaliativo do Sinaes, no Enade 2005 e 2008, apresentando estudos acerca dos resultados e dos elementos que o compõem. O volume 1 tem por título a “Análise dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: Enade 2005 e 2008”. A construção deste estudo foi norteada pelas questões: *Qual a configuração do desempenho dos estudantes na Prova do Enade 2005 e 2008? Qual o ponto de vista de coordenadores e estudantes acerca de seus cursos de graduação?* Nessa direção, o trabalho estrutura-se, além da parte introdutória que problematiza a respeito da avaliação da educação superior no País, das seguintes partes: Avaliação da educação superior: pressupostos; Educação Superior no Brasil: um panorama de 2005 e 2008; Análise dos resultados da prova com base nas estatísticas básicas referentes ao desempenho dos ingressantes e concluintes na Formação Geral e Formação Específica. Nessa análise apresenta-se uma visão global dos resultados e, num segundo momento, uma visão particular de áreas de profissionalização, segundo região, categoria administrativa e organização acadêmica, tomando como referência os cursos que compõem a amostra – Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Grupo I e Pedagogia; e os cursos de graduação da perspectiva de coordenadores e estudantes. Das respostas oriundas do Questionário do Coordenador, segundo categoria administrativa, foram analisados a contribuição dos cursos de graduação, o nível de satisfação dos estudantes com o curso e as oportunidades de engajamento dos estudantes em atividades extraclasse. Para a apreensão da perspectiva dos estudantes, foram privilegiadas as respostas do Questionário do Estudante que dizem respeito ao tipo de educação básica que cursou, ao uso de biblioteca, hábito de estudo e engajamento em atividades extraclasse. A aproximação aos dados escolhidos para este estudo suscitou questionamentos, inquietações e reflexões, os quais sinalizam possíveis caminhos que possam favorecer movimentos em direção à construção de uma educação superior de qualidade e socialmente comprometida. Assim sendo, fica o apontamento quanto à valorização da avaliação do sistema da educação superior como fonte de produção de conhecimento e de orientação a mudanças necessárias para qualificação das IES no País.

O volume 2 tem por tema a “Caracterização dos Cursos de Graduação: análise do Conceito Preliminar de Curso (CPC)”, publicado em 2009, e tem por objetivo a análise quantitativa e qualitativa

dos resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC) obtido em 2008 dos cursos que participaram do 2º Ciclo do Enade, com foco nos resultados considerados insatisfatórios (CPC = 1 e 2). Os instrumentos que serviram de base para as análises foram: Planilha do CPC – 2008 decomposto, publicada pelo Inep; índices das respostas ao Questionário Socioeconômico do Estudante e das respostas ao Questionário dos Coordenadores, que constam da Planilha do CPC em 2008; textos das justificativas apresentadas pelas IES, cujos cursos obtiveram CPC Insatisfatório e respostas a questionário enviado aos coordenadores de cursos com CPC satisfatório. O texto está organizado em quatro partes: a primeira parte apresenta análise quantitativa das Características Gerais dos cursos avaliados no Enade 2008; a segunda parte, análise quantitativa das características gerais dos cursos de graduação avaliados no Enade 2008 e com CPC Insatisfatório; a terceira parte traz análise qualitativa com base nas justificativas apresentadas pelas IES com cursos com CPC Insatisfatório; a quarta parte apresenta análise qualitativa com base nas respostas a questionário enviado pelo Inep aos coordenadores, cujos cursos obtiveram CPC satisfatório. As análises indicam um pensamento social voltado à qualidade da educação. A avaliação justifica e legitima a eficiência do processo avaliativo estabelecido pelo Sinaes e, nesse sentido, proporciona mudança de paradigma e de cultura ao permitir reflexões e consequentes medidas de melhorias.

A “Política institucional de integração e de avaliação do egresso na melhoria das IES”, apresentada no volume 3, analisa a política institucional de integração e a avaliação do egresso dos cursos pertencentes ao 2º Ciclo do Enade, baseando-se nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPA). Para tal, o volume está constituído de três partes: a primeira parte aborda o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), destacando a Avaliação das Instituições de Educação Superior: Autoavaliação e CPA. A segunda aborda: os fundamentos da pesquisa em educação com foco no egresso; a CPA e seus relatórios e a delimitação da população e amostra, bem como o levantamento, organização e análise dos dados sobre os egressos. A terceira parte trata da Análise Descritiva: Governança acadêmica: o que dizem os relatórios da CPA/egressos. O texto propõe uma caminhada em direção à governança compartilhada na perspectiva do acompanhamento do egresso. Em síntese, pode-se afirmar ser indispensável a consolidação do uso do acompanhamento do egresso na busca de uma avaliação sobre as IES na qual se formou. Necessitamos o desenvolvimento de uma cultura de inserção do egresso na instituição universitária. Acrescente-se, ainda, a certeza das diretrizes do Sinaes quando se apoia na governança compartilhada e quando busca a integração do campo científico com o campo profissional, ou seja, do campo da formação com o campo do trabalho.

O volume 4, “Egresso e Empregabilidade – Análise da Relação do Egresso dos Cursos de Graduação avaliados no Enade 2005 e 2008 e sua inserção no mercado de trabalho”, analisa a relação entre o desempenho do estudante concluinte no Enade 2005 e no Enade 2008 e o seu perfil de empregabilidade por área do conhecimento e região federativa; as condições de emprego relacionando-as com indicadores socioeconômicos das regiões e unidades federativas desse período, além da opinião do egresso sobre a qualidade de sua formação. O universo da pesquisa abrange concluintes dos cursos por unidade federativa do Enade 2005 – em planilhas cedidas pelo Inep (854 IES e 5511 cursos de 18 áreas) – e do Enade 2008 – (1.394 IES e 7.329 cursos de 30 áreas, reunindo 178.601 concluintes). As variáveis socioeconômicas têm como fonte de dados a Pnad/IBGE (1995-2010), exceto o IDH (CEPAL/PNUD/OIT, 2008) e o Ides (FGV, 2009). Das respostas às 16 questões (15 objetivas e uma do tipo dissertativa) do questionário *online* aplicado pelo

Inep, no seu *site*, no período de 1º a 30 de outubro de 2010, foi selecionada a amostra de 2.959 respostas. As tendências apontadas pelo estudo indicam que há expansão e melhoria de desempenho dos resultados do Enade 2005 para os de 2008. Há relação da composição do cenário socioeconômico com foco nos índices IDH e Ides das Unidades Federativas com a melhoria dos resultados do Enade. A percepção dos egressos sobre empregabilidade, perfil profissional, inserção no mercado de trabalho e avaliação de sua formação na graduação indicam: continuidade de estudos em pós-graduação; tempo de desemprego no primeiro ano de formado inferior a 10%. Ademais, para eles a graduação oportunizou aquisição de conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao enfrentamento dos desafios para empreender novos percursos em sua área de formação. Contudo, afirmam a necessidade de atualização das disciplinas e da prática (estágios) dos cursos.

O volume 5 “Avaliação *in loco*: referenciais no âmbito do Sinaes” é um subsídio importante para a condução do processo de avaliação. A produção de relatório retrata a realidade dos cursos de graduação nos aspectos qualitativos e normativos previstos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Traz registros históricos, procedimentos, fluxos e resultados da avaliação *in loco* até 2012. Objetiva também a transparência, a fidedignidade do processo avaliativo para a Instituição e para a sociedade, desenvolvendo e ampliando o conceito de qualidade e expansão da oferta.

Em síntese, mais do que dar visibilidade aos estudos e resultados do Inep, esta publicação pretende contribuir para os avanços na área da avaliação, subsidiando reflexões de gestores, estudiosos e pesquisadores e provocando novos diálogos e alternativas de gestão voltadas à qualidade da educação superior no país.

Claudia Maffini Griboski
Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Inep/MEC

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior Brasileira (Sinaes) abarca o estudo e a avaliação de 2.252 IES (Censo da Educação Superior, 2008), através de fases complementares e interligadas. São estas:

- Autoavaliação.
- Avaliação externa, que avalia 24.719 cursos de graduação.
- Avaliação do desempenho dos 5.080.056 estudantes de graduação, através do Enade.

O Ciclo Avaliativo do Sinaes prevê que todos os cursos serão avaliados a cada três anos: inicia-se pelo Enade, aplicado aos estudantes nas áreas definidas anualmente pela Portaria Ministerial e, posteriormente, realiza-se a avaliação in loco dos respectivos cursos e das IES, paralelamente à avaliação institucional.

Art. 33 - Pela portaria nº 40 de 2007, o calendário para as áreas observará as seguintes referências: Ano I - saúde, ciências agrárias e áreas afins; Ano II - ciências exatas, licenciaturas e áreas afins; e Ano III - ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins.

O presente produto apresenta o Resultado da análise final das políticas de acompanhamento dos egressos contidas nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) dos cursos que compõem o 2º ciclo avaliativo do Sinaes, conforme instruções da Conaes, nas cinco regiões do país, a partir de amostragem.



CAPÍTULO

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES): O ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO SEGUNDO RELATOS DE CPAS

As aceleradas mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, bem como a emergência de um mercado educacional globalizado, fez com que os países desenvolvidos e emergentes empreendessem, em seus sistemas de educação superior, importantes reformas.

Nessa direção, propostas à educação superior brasileira e à avaliação foram implementadas. Em 1983 tem-se o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), que correspondeu à primeira pesquisa nacional sobre a gestão das universidades brasileiras (CUNHA, 2001); em 1985, o relatório da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior: Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira apontou a necessidade de estabelecer mecanismos de avaliação permanente do sistema brasileiro de educação, com apoio de comissões ad hoc de especialistas por ele designados. (BRASIL, 1985, p. 50); em 1986, o Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres), propôs a criação de um sistema de avaliação da graduação, que dava relevo às dimensões individuais, tais como: dos discentes, cursos e das instituições, porém mantinha a preocupação com as dimensões institucionais (SINAES, 2009); em 1993, o documento da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) teve como proposta metodológica dar ênfase à autoavaliação, à avaliação externa, à combinação entre análise quantitativa e qualitativa (BRASIL, 1993a); em 1995, o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão, tinha como foco avaliar os cursos de forma classificatória, o que possibilitava ao Estado construir bases para uma possível fiscalização, regulação e controle (BRASIL, 2007); e, por fim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em 2003 e 2004 (INEP, 2002).

A Comissão Especial de Avaliação (CEA) define o conceito de avaliação em seus estudos e suas reflexões como sendo um processo capaz de vincular a dimensão formativa a um projeto de sociedade, comprometido com a igualdade e com a justiça social. A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as perspectivas críticas das funções da Educação Superior dentro do contexto nacional e internacional. (BRASIL, 2007, p. 87).

A ideia de integração, articulação e participação torna a avaliação aceitável, pois remete a razões técnico-administrativas e de adequação às exigências legais, como também ao ético da construção e consolidação das instituições e do sistema de educação superior com valor científico e social. Esse sistema avaliativo necessita articular-se sob dois aspectos:

- a) avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito em vista de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e
- b) regulação, em suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, credenciamento, descredenciamento, transformação institucional, etc., funções próprias do Estado (BRASIL, 2007, p. 89).

Um sistema de avaliação assim proposto não opera com a ideologia da competitividade, da concorrência ou do sucesso individual, mas sim com ideias de solidariedade, de cooperação intra e interinstitucional. A avaliação da educação superior necessita ser coerente com um conjunto de premissas, critérios e pressupostos que sirvam de fundamentação tanto conceitual como política, a fim de ser justificável a operacionalização dos processos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído através de medida provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, e aprovado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, segue a perspectiva acima, tendo por objetivo

Assegurar o adequado funcionamento da avaliação, o respeito aos princípios e orientações gerais, o cumprimento das exigências técnicas e políticas e as metas de consolidação do sistema avaliativo e de sua vinculação à política pública de educação superior. (BRASIL, 2007, p. 103).

O artigo 1º da Lei do Sinaes assegura o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus discentes, perfazendo uma tríade de instrumentos de avaliação:

1 – Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), a qual se desenvolve em duas etapas: a) autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e b) avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Inep, de acordo com as diretrizes pautadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

2 – Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) realizada por visitas *in loco* de comissões externas.

3 – Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade), realizada aos estudantes do final do primeiro ano de curso e do último ano.

Destaca-se no artigo 2º o caráter público de todos os procedimentos avaliativos promovidos às instituições, aos cursos de graduação e ao desempenho dos estudantes.

O artigo 3º refere-se ao objetivo da avaliação a ser realizada nas instituições de educação superior, o qual será de identificar o seu perfil bem como o significado de sua atuação, através do contexto que envolve sua funcionalidade, tal como suas atividades, os cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No artigo 4º, a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos acadêmicos, principalmente as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

O artigo 5º remete-se ao terceiro componente do Sinaes, a avaliação do desempenho dos estudantes em seus cursos de graduação, que será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Resumindo, tem-se os princípios fundamentais do Sinaes:

1. Responsabilidade social com a qualidade da educação superior.
2. Reconhecimento da diversidade do sistema.
3. Respeito à identidade, à missão e à história das instituições.
4. Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.
5. Continuidade do processo avaliativo (SINAES, 2004, p. 4).

A avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é respaldada pelo Decreto nº 5.773 de maio de 2006 instituído pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação, que

dispõe, além da função de avaliação, as funções de regulação e supervisão das IES, dos cursos superiores de graduação e sequenciais. A respeito do tripé avaliação, regulação e supervisão, o Decreto estabelece em seu artigo 1º que:

- A regulação será realizada por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação e sequenciais.
- A supervisão será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.
- A avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade (BRASIL, 2006).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior tem sido o norteador de todos os instrumentos de avaliação das IES de natureza privada e pública. Ele é considerado um regulador em termos de verificação da qualidade em suas múltiplas dimensões. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

As atividades de avaliação, de acordo com o artigo 8º do Capítulo III da Avaliação, no livro do Sinaes, deverão ser realizadas de modo a contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior. (SINAES, 2009, p. 164).

As dimensões de avaliação do Sinaes apresentam indicadores a serem levantados de cunho quantitativo e qualitativo. Eles podem ser observados no Quadro 1.

QUADRO 1 DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO, GRUPOS DE INDICADORES E INDICADORES

(continua)

DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO	GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES
1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	1.1 Articulação entre o PDI e o PPI	1.1.1 Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Ensino 1.1.2 Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Pesquisa 1.1.3 Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Extensão 1.1.4 Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Gestão Acadêmica
	1.2 Aderência do PDI com a realidade institucional	1.2.1 Coerência das propostas do PDI com a realidade institucional e cumprimento do cronograma 1.2.2 Utilização do PDI como referência para programas e projetos
	1.3 Articulação entre o PDI e a avaliação institucional	1.3.1 Articulação entre o PDI e a Autoavaliação 1.3.2 Articulação entre o PDI e as Avaliações externas
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	2.1 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): graduação (presencial e a distância)	2.1.1 Políticas Institucionais para Graduação, Graduação Tecnológica (quando for o caso), Cursos Sequenciais (quando for o caso) e formas de sua operacionalização 2.1.2 Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)
	2.2 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): especialização e educação continuada (presencial e a distância)	2.2.1 Políticas Institucionais para a Pós-Graduação lato sensu e formas de sua operacionalização 2.2.2 Vinculação da especialização e educação continuada com a formação e as demandas regionais
	2.3 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): programas de pós-graduação stricto sensu (presencial e a distância)	2.3.1 Políticas Institucionais para a Pós-Graduação stricto sensu e formas de sua operacionalização 2.3.2 Atuação e recursos do órgão coordenador das atividades e políticas de pós-graduação stricto sensu
	2.4 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): pesquisa	2.4.1 Políticas Institucionais de práticas de investigação, Iniciação científica, de pesquisa e formas de sua operacionalização 2.4.2 Participação do corpo docente e do corpo discente (envolvimento e recursos)
	2.5 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): extensão	2.5.1 Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização 2.5.2 Vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância na comunidade

QUADRO 1 DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO, GRUPOS DE INDICADORES E INDICADORES

(continuação)

DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO	GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	3.1 Nas políticas institucionais 3.2 Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão	3.1.1 Compromisso da IES com os programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital 3.1.2 Relações da IES com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho 3.2.1 Responsabilidade Social no Ensino 3.2.2 Responsabilidade Social na Pesquisa 3.2.3 Responsabilidade Social na Extensão
4. A comunicação com a sociedade	4.1 Comunicação interna 4.2 Comunicação externa	4.1.1 Canais de comunicação e sistemas de informações 4.1.2 Ouvidoria 4.2.1 Canais de comunicação e sistemas de informação 4.2.2 Imagem pública da IES
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	5.1 Perfil docente 5.2 Condições Institucionais para os docentes 5.3 Corpo técnico-administrativo e as condições institucionais	5.1.1 Titulação 5.1.2 Publicações e produtos 5.2.1 Regime de trabalho 5.2.2 Plano de carreira 5.2.3 Políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização 5.3.1 Perfil técnico-administrativo (formação e experiência) 5.3.2 Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	6.1 Administração Institucional 6.2 Estrutura de Órgãos Colegiados	6.1.1 Gestão institucional 6.1.2 Sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas 6.2.1 Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente 6.2.2 Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente

QUADRO 1 DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO, GRUPOS DE INDICADORES E INDICADORES

(continuação)

DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO	GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	7.1 Instalações gerais: espaço físico	7.1.1 Instalações gerais 7.1.2 Instalações acadêmico-administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) 7.1.3 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais
	7.2 Instalações gerais: equipamentos	7.2.1 Acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet 7.2.2 Plano de expansão e atualização dos software e equipamentos
	7.3 Instalações gerais: serviços	7.3.1 Manutenção e conservação das instalações físicas 7.3.2 Manutenção e conservação dos equipamentos 7.3.3 Apoio logístico para as atividades acadêmicas
	7.4 Biblioteca: espaço físico e acervo	7.4.1 Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo 7.4.2 Informatização 7.4.3 Políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização
	7.5 Biblioteca: serviços	7.5.1 Serviços (condições, abrangência e qualidade) 7.5.2 Recursos Humanos
	7.6 Laboratórios e instalações específicas: espaço físico, equipamentos e serviços	7.6.1 Políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização 7.6.2 Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização 7.6.3 Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional	8.1 Autoavaliação	8.1.1 Participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados 8.1.2 Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da autoavaliação
	8.2 Avaliações externas	8.2.1 Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC 8.2.2 Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da autoavaliação

QUADRO 1 DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO, GRUPOS DE INDICADORES E INDICADORES

(conclusão)

DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO	GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES
9. Políticas de atendimento aos estudantes	9.1 Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente	9.1.1 Programas de apoio ao discente 9.1.2 Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos
	9.2 Condições Institucionais para os discentes	9.2.1 Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos 9.2.2 Apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente 9.2.3 Bolsas acadêmicas 9.2.4 Apoio e incentivo à organização dos estudantes
	9.3 Egressos	9.3.1 Política de acompanhamento do egresso 9.3.2 Programas de educação continuada voltados para o egresso
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	10.1 Captação e alocação de recursos	10.1.1 Compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto 10.1.2 Alocação de recursos para a manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais 10.1.3 Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo
	10.2 Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão	10.2.1 Compatibilidade entre o ensino e as verbas e os recursos disponíveis 10.2.2 Compatibilidade entre a pesquisa e as verbas e os recursos disponíveis 10.2.3 Compatibilidade entre a extensão e as verbas e os recursos disponíveis

Fonte: SINAES, 2009, p. 175-181.

1.1 Avaliação das Instituições de Educação Superior: autoavaliação Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Avaliação institucional é necessária nas instituições de educação superior, pois ela proporciona a (re)construção de caminhos que vêm colaborar para a melhoria do sistema educacional no todo. Assim, a cultura avaliativa, em uma sociedade globalizada, propõe a quebra de antigos paradigmas e cria um olhar crítico de mudanças sobre a educação.

A avaliação objetiva desenvolver o processo permanente de aperfeiçoamento das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão, como, também, perceber as potencialidades e limitações da instituição, de modo a sensibilizar a comunidade acadêmica no que diz respeito à importância de um processo avaliativo.

Avaliação interna ou autoavaliação e a avaliação externa são dimensões da avaliação institucional. A avaliação externa é realizada, *in loco*, por comissões de especialistas externos à instituição, mediante análise de documentos, interlocução com diferentes membros de diferentes segmentos da IES, bem como da comunidade regional ou local. Essas comissões colaboram para os acertos ou erros da avaliação interna, indicando os pontos fortes ou fracos, proporcionando críticas e sugestões de providências a serem tomadas pela instituição.

A avaliação interna ou autoavaliação objetiva: identificar a finalidade e relevância científica e social das atividades realizadas no conjunto da instituição, bem como o seu cumprimento ou não; identificar as causas dos problemas; aumentar a capacidade profissional do corpo docente, dos técnicos e administradores; fortalecer a cooperação entre os diversos membros institucionais, de modo a tornar mais efetiva a ligação da instituição com a comunidade; e prestar contas à sociedade.

A autoavaliação é um processo contínuo e é realizada por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) estão previstas no artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e estão constituídas no âmbito de cada instituição. A CPA é responsável pela condução dos processos internos de avaliação da instituição, pela sistematização, bem como responsável pelas informações prestadas ao Inep. Assim, as CPAs têm papel fundamental na elaboração e no desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação, em consonância com os conselhos superiores da instituição e com a comunidade acadêmica, pois têm por finalidade contribuir, continuamente, para a melhoria da instituição em todos os seus aspectos.

A composição, a duração do mandato dos membros, o movimento de funcionamento e a determinação de atribuições da CPA necessitam ser objeto de regulamentação própria, aprovada pelo órgão maior de cada IES, de acordo com as seguintes diretrizes:

I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;

II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades. (SINAES, 2009, p. 164).

Assim, as etapas da autoavaliação podem ser esquematizadas:

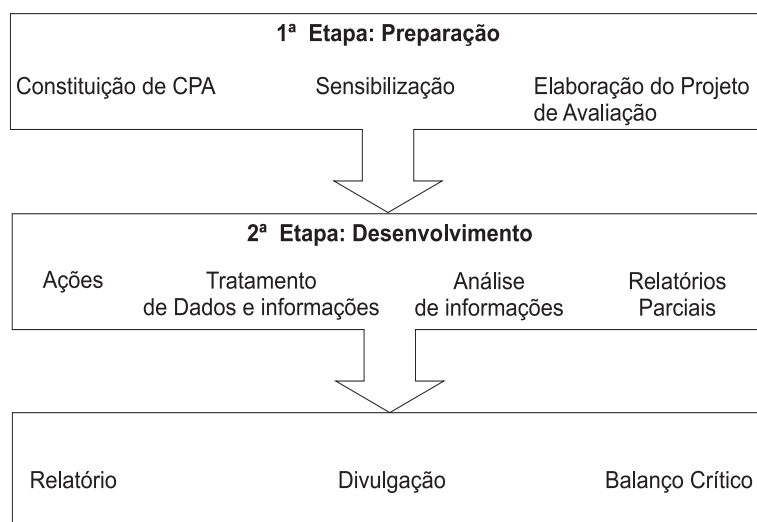


FIGURA 1 ETAPAS DA AVALIAÇÃO INTERNA: AUTOAVALIAÇÃO

Fonte: Adaptado de Sinaes, 2004.

Neste trabalho o foco egresso abordará a base empírica: Egresso, via a abordagem sobre egressos nos relatórios das CPAs, 2008, dos cursos do 2º Ciclo do Sinaes.

Dessa forma, o estudo inicial para a delimitação da amostragem da população em foco é representada pelo conjunto de Instituições de Educação Superior (IES), numa quantia de 261, que apresenta informações sobre egressos. Esse conjunto de 261 IES é formado por subconjuntos (subpopulações, cotas/estratos) que apresentam características homogêneas dentro do todo populacional, tais como Organização Acadêmica, Organização Administrativa, Estados, Regiões e os Cursos existentes nessas instituições.

O escopo deste trabalho remete-se a um estudo amostral envolvendo apenas o subconjunto Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Assim, a amostra considerada para o estudo dos relatórios das CPAs foi calculada considerando o subconjunto região.

1.2 Organização acadêmica e categoria administrativa das IES com relatórios das CPAs sobre egressos de acordo com as regiões da Federação

O Gráfico 1 e a Tabela 1 apresentam a frequência de relatórios institucionais segundo a região e a organização acadêmica da IES. As faculdades, escolas e os institutos superiores são as IES que maior frequência apresentam em todas as regiões do País, num total de 151. Essas estão assim distribuídas: 9 (Região Norte), 19 (Região Nordeste), 76 (Região Sudeste), 32 (Região Sul) e 15 (Região Centro-Oeste).

TABELA 1 RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL/EGRESSOS, CPAS, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA – 2008

Região	Universidade		Centro Universitário		Faculdades Integradas		Faculdades, Esc. e Institutos Superiores		Centro Ed. Tec.		Frequência.	%
	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%		
Norte	3	1,15	3	1,15	1	0,38	9	3,45	0	0	16	6,13
Nordeste	6	2,3	2	0,77	0	0	19	7,28	0	0	27	10,35
Sudeste	24	9,2	27	10,34	11	4,21	76	29,12	1	0,38	139	53,25
Sul	13	4,98	5	1,92	2	0,77	32	12,26	0	0	52	19,93
Centro-Oeste	4	1,53	5	1,92	3	1,15	15	5,75	0	0	27	10,35
Total	50	19,16	42	16,1	17	6,51	151	57,86	1	0,38	261	100,00

Fonte: Elaboração própria

O percentual de instituições de ensino superior com relatórios de avaliação institucional/egressos na Região Norte corresponde a 6,13% do total de 261; na Região Nordeste é de 10,35%; a Região Sudeste tem o percentual de 53,25%; a Região Sul tem 19,93%; e a Centro-Oeste com 10,35%. Observa-se que a região com maior número de IES que têm CPAs é a Sudeste.

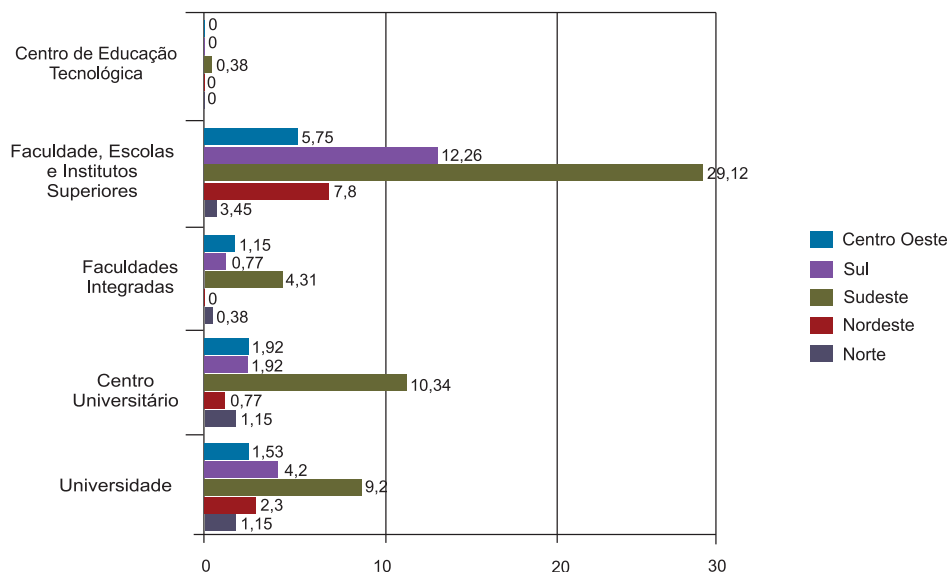


GRÁFICO 1 RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL/EGRESSOS, CPAS, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA – 2008

Fonte: Elaboração própria

Quanto à categoria administrativa, indicada na Tabela 2, a maioria das IES que apresentam relatórios CPAs é privada, com um total de 245 (93,86%), o restante, 16 (6,14%), é pública. A Região Sudeste contempla o maior número de instituições privadas, 134 (51,34%), já o maior número de públicas encontra-se na Região Nordeste, com 7 (2,68%) IES.

TABELA 2 RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL/EGRESSOS, CPAS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA – 2008

Região	Pública		Privada		Total	%
	Frequência	%	Frequência	%		
Norte	2	0,77	14	5,36	16	6,1
Nordeste	7	2,68	20	7,66	27	10,3
Sudeste	5	1,92	134	51,34	139	53,3
Sul	2	0,77	50	19,16	52	19,9
Centro-Oeste	0	0	27	10,34	27	10,3
Total	16	6,14	245	93,86	261	100

Fonte: Elaboração própria

Tais informações podem ser mais bem observadas no Gráfico 2 a seguir:

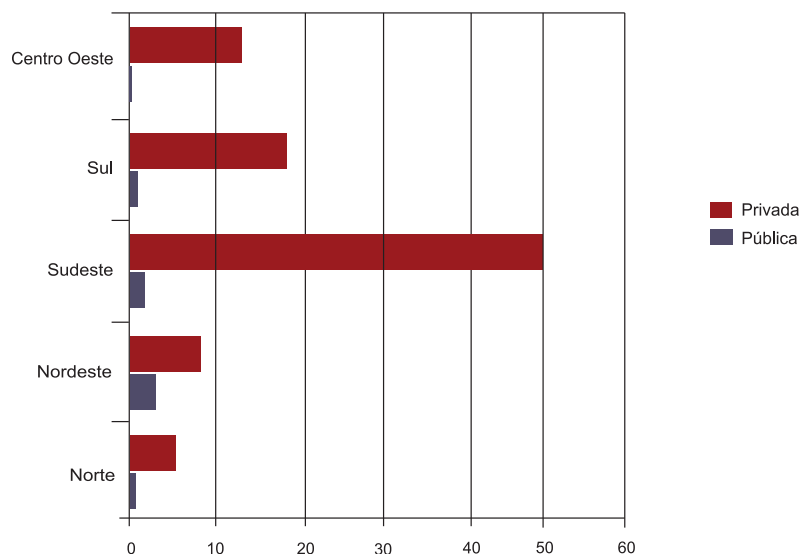


GRÁFICO 2 RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL/EGRESSOS, CPAS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA – 2008

Fonte: Elaboração própria

Baseando-nos nesses dados, podemos afirmar que a Avaliação Institucional (AI), na grande maioria das IES integrantes do 2º Ciclo Avaliativo dos Sinaes, deverá buscar se apropriar das informações que os egressos poderiam fornecer para uma avaliação da instituição. Ou seja, este enorme potencial que as pesquisas sobre metodologia da educação apontam como de suma importância na avaliação educacional não está sendo utilizado como insumo do processo avaliativo.

Neste sentido, este trabalho remete-se a estudar o universo EGRESSO, delimitando, assim, o espaço amostral das IES a ser estudado.

1.3 Cálculo da amostra em foco (aleatória simples)

A amostra foi selecionada com um erro amostral tolerável (E_0) de 5% (0,05) e usando

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \quad \text{com} \quad n_0 = \frac{1}{(E_0)^2}$$

A saber:

E_0 – erro amostral tolerável;

N – o número de elementos da população (261 IES);

L – o número de estratos (5). A saber: Região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste;

n = o tamanho da amostra a ser selecionada.

$$\text{Logo: } n_0 = \frac{1}{(0,05)^2}$$

$$\text{Assim: } n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

$$n = \frac{261.400}{261 + 400}$$

$$n = 157,94$$

$$n = 158$$

Portanto, o tamanho da amostra com um erro amostral tolerável de 5% corresponde a 159 IES.

1.4 Cálculo da amostra estratificada proporcional

Estando a população alvo (261) deste estudo dividida em subpopulações (5), como já apresentado acima, seguem os cálculos da amostragem proporcional estratificada.

N_i – o número de elementos do estrato i (subpopulação i), com i variando de 1 a 5.

TABELA 3 QUANTIDADE DOS ESTRATOS DA CATEGORIA, POR REGIÕES DA FEDERAÇÃO

Regiões da Federação	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total geral
	N_1	N_2	N_3	N_4	N_5	
Total	16	27	139	52	27	261

Fonte: Elaboração própria

A seguir o cálculo que delimita a amostragem estratificada em cada subpopulação:

$$N_i = n_1 + n_2 + n_3 + n_4 + n_5, \text{ ou seja,}$$

$$\text{Usando } f = \frac{n}{N}$$

$$\text{Temos } f = 0,61$$

$$n_1 = 0,61 \times 16 = 9,76 = 10$$

$$n_2 = 0,61 \times 27 = 16,47 = 16$$

$$n_3 = 0,61 \times 139 = 84,79 = 85$$

$$n_4 = 0,61 \times 52 = 31,72 = 32$$

$$n_5 = 0,61 \times 27 = 16,47 = 16$$

Logo, de $n_i = n_1 + n_2 + n_3 + n_4 + n_5$ tem-se o total da amostra da subpopulação Regiões que corresponde a 159 IES, assim distribuídas: 10 na Região Norte, 16 na Nordeste, 85 na Sudeste, 32 no Sul e 16 na Centro-Oeste. Isso significa que a amostra de relatórios das CPAs correspondeu a 10 relatórios analisados da Região Norte, 16 relatórios na Região Nordeste, 85 relatórios corresponderam à Região Sudeste, 32, à Região Sul, e, por fim, 16 relatórios que representaram a Região Centro-Oeste. Observa-se que o tamanho da amostra selecionada correspondeu a 158, mas, respeitando os critérios de arredondamento na amostragem estratificada, tem-se 159 IES. Isso pode ser mais bem observado no mapa conceitual abaixo:

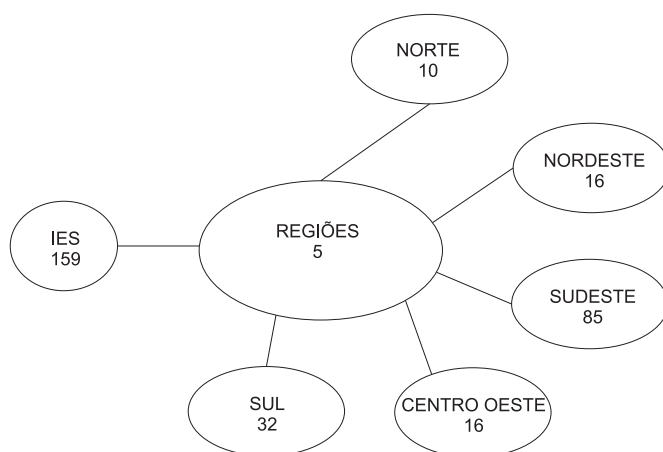


FIGURA 2 POPULAÇÃO (IES), SUBPOPULAÇÕES (REGIÕES) E OS RELATÓRIOS DAS CPAS CORRESPONDENTES A CADA SUBPOPULAÇÃO

Fonte: Elaboração própria

Após a delimitação da amostragem da subpopulação regiões da Federação, foi realizada, em cada estrato, a seleção das IES/Relatórios via sorteio aleatório. Esse sorteio ocorreu da seguinte forma: para cada uma das 261 IES, distribuídas em seus respectivos Estados, foi dado um número, de modo a identificá-las quando do sorteio. Foi retirada a quantidade de números correspondentes à amostra estratificada, como por exemplo, 32 retiradas de números da Região Sul, pois essa é a quantidade necessária de IES que contempla a amostra estratificada dessa região. Esse procedimento foi repetido nos demais Estados, totalizando as 159 IES que farão parte deste estudo.

1.5 Tratamento dos dados

O tratamento do *corpus* de análise, dos relatórios das CPAs – 2008, obedeceu, também, à seguinte questão: quando a mesma IES possuir áreas (cursos) em duas regiões diferentes, a decisão tomada é de contá-las duas vezes, ou seja, cada uma estará em uma linha da tabela. Assim, elas contarão tanto em uma

região quanto em outra; e em todo o processo analítico será mantido o sigilo institucional referente a uma possível identificação da instituição, do aluno e do egresso.

A análise realizada com respeito aos egressos teve duas perspectivas complementares: a quantitativa e a qualitativa, ou seja, o método misto de pesquisa. Esse método, de acordo com Sechrest e Sidana (1995), permite melhor entendimento do fato estudado, pois ambos descrevem os dados coletados, constroem argumentos sobre eles e também questionam os resultados encontrados. Portanto, o uso do método qualitativo e quantitativo em uma pesquisa proporciona a combinação de técnicas, abordagens e linguagens dentro de um mesmo estudo. Essa união amplia o estudo, logo, os seus resultados.

A abordagem quantitativa leva em consideração tudo o que pode ser quantificável, isto é, traduzido em números. Exige o uso de métodos e técnicas estatísticas tais como: porcentagem, média, coeficiente de correlação, etc. (SILVA; MENEZES, 2001). A análise quantitativa neste estudo remeteu-se a uma análise descritiva somente, em razão do escopo do trabalho.

Para o estudo qualitativo dos relatórios das CPAs, optou-se pelo uso da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2007). Essa perspectiva permitiu perceber as diferentes políticas de acompanhamento dos egressos desenvolvidas pelas IES, possibilitando uma construção mais rica por parte do pesquisador, pois esse necessita extrair do objeto foco de pesquisa as diferentes interfaces que podem emergir da análise dos textos e dos dados coletados.

O uso da Análise Textual Discursiva (ATD) é extremamente pertinente à pesquisa qualitativa, tendo em vista que, conforme apontam Moraes e Galiazzi (2007), investigações com essa natureza têm como objetivo principal aprofundar a compreensão dos fenômenos que examina de maneira rigorosa e criteriosa, a fim de reconstruir conhecimentos existentes sobre esses temas pesquisados. Os autores assim definem a análise textual discursiva (ATD): “corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos.” (p. 7).

A ATD é, portanto, um exercício de interpretação, e seu resultado é a leitura que o pesquisador fez dos dados, as compreensões que ele construiu de um conjunto de textos (documentos, entrevistas, observações, etc.) e de seus conhecimentos, suas teorias, dos discursos em que se insere. Moraes e Galiazzi (2007, p. 16) afirmam que, na ATD:

Os materiais analisados constituem um conjunto de significantes. O pesquisador atribui a ele significados a partir de seus conhecimentos, intenções e teorias. A emergência e comunicação desses novos sentidos e significados são os objetivos da análise.

Os autores explicam o modo como funciona esse tipo de análise, a qual envolve uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do *corpus*, a unitarização (estabelecimento de relações entre elementos unitários), a categorização (o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada).

O *corpus* é o conjunto de informações coletadas com a pesquisa. No estudo ora relatado, esse é composto pelos relatórios das CPAs das IES.

A desconstrução e a unitarização do *corpus* consiste num processo de fragmentação do texto, isto é, envolve um processo de desmontagem dos textos, destacando seus elementos constituintes. É o momento de focar os detalhes nas partes componentes do texto. Dessa fragmentação deverão resultar as unidades de análise. Essas unidades são sempre identificadas em função de um sentido pertinente aos propósitos da pesquisa. Sua definição pode partir tanto de categorias definidas *a priori* (“caixas” nas quais as unidades de análise serão colocadas), como de categorias emergentes (construídas do *corpus*). Quanto à construção das categorias, Moraes e Galiazzi (2007, p. 19) expõem que:

Quando se conhecem de antemão os grandes temas de análise, as categorias *a priori*, basta separar as unidades de acordo com esses temas ou categorias. Uma pesquisa, entretanto, pode pretender construir as categorias, a partir da análise. Nesse caso, as unidades de análise são elaboradas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da sua pesquisa.

O estabelecimento de novas relações entre os elementos unitários de base possibilita a construção de uma nova ordem, representando novas compreensões em relação aos fenômenos investigados, ou seja, permite a categorização das unidades construídas, aspecto central de uma análise textual discursiva. É com base nelas que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise, uma síntese:

O que se propõe na análise textual discursiva é utilizar as categorias como modos de focalizar o todo por meio de partes. Cada categoria consiste em uma perspectiva diferente de exame de um fenômeno, ainda que se possa analisá-lo de uma forma holística. (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 27).

Uma vez construídas as categorias, o pesquisador pode produzir textos parciais para cada uma delas, que gradativamente deverão ser integrados na estruturação do texto como um todo. Essas teses parciais devem constituir argumentos capazes de construir a validação e defesa da tese principal.

Dois conjuntos de categoria foram utilizados para a análise dos relatórios das CPAs: Categorias de Organização, que analisam a forma das descrições contidas nos relatórios das CPAs, e Categorias Substantivas, que analisam e sintetizam o conteúdo dos relatórios em relação aos egressos.

Ao propor o problema de pesquisa, a análise tomou como base as orientações da Conaes para a avaliação institucional, porém, durante a leitura dos relatórios das CPAs, percebeu-se a necessidade de realizar adaptações, já que essas orientações eram para o relatório como um todo. Isto é, adaptaram-se as categorias de organização e as categorias substantivas presentes nessas orientações para analisar o objeto

foco de pesquisa: o egresso. Tal modelo de categorização, conforme abordam Moraes e Galiuzzi (2007), pode ser chamado de categorização indutiva emergente, que se estrutura por meio de um processo de indução analítica:

Esse processo, numa seqüência organizada de passos, vai construindo e reconstruindo um sistema de categorias a partir das idéias de seu caldeirão. Num exercício de comparação constante entre os itens ou idéias anteriormente produzidos, vai produzindo diferentes níveis de categorias gradativamente mais amplos. O texto final é produzido a partir desse sistema de categorias. (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 204).

A figura a seguir demonstra a maneira como as categorias são construídas dentro desse modelo:

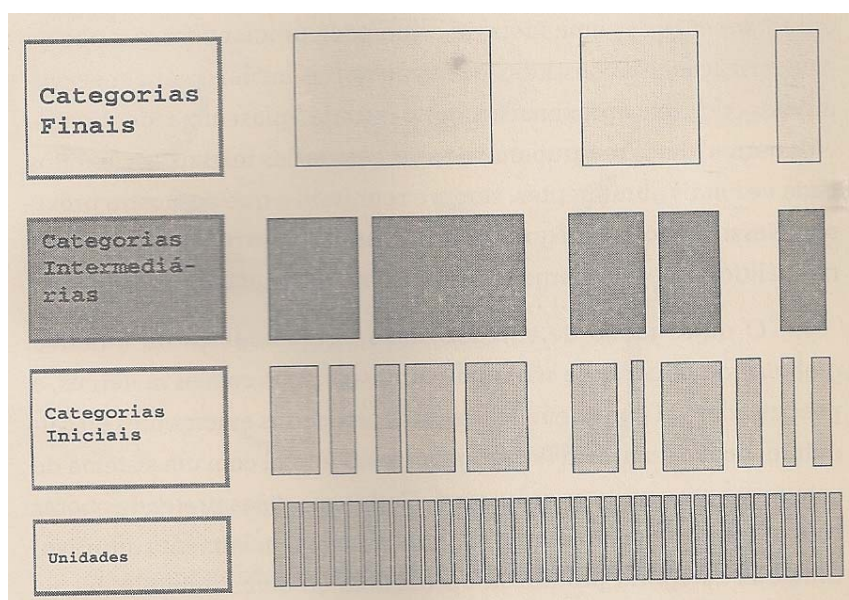


FIGURA 3 CATEGORIZAÇÃO INDUTIVA EMERGENTE

Fonte: MORAES; GALIAZZI (2007, p. 203)

1.5.1 Categorias de Organização

As categorias de organização, conforme mencionadas, foram baseadas nas categorias já testadas anteriormente (INEP, 2010) sobre os relatórios de avaliação das CPAs, para o 1º Ciclo avaliativo, no entanto, elas foram readaptadas. Essas categorias atribuem um valor a cada indicador, transformando os dados qualitativos em valores numéricos, definidas de 1 a 4, conforme o Quadro 2:

QUADRO 2 VALOR ATRIBUÍDO, CATEGORIA E DESCRITORES DA TIPOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO (CPAs), NO ITEM EGRESSOS, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

VALOR ATRIBUÍDO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA ATRIBUÍDA A CADA INDICADOR
1	Descreve e analisa e/ou avalia	Apresenta instrumento de coleta, traz dados, analisa esses resultados e avalia, destacando as potencialidades, as fragilidades, apontando encaminhamentos.
2	Não descreve, mas analisa	Apresenta análise, constatações acerca dos egressos da IES, não descreve o instrumento de coleta de dados ou descreve, mas não traz dados da coleta.
3	Descreve	Apresenta instrumento de coleta de dados e expõe os resultados, por meio de tabelas, gráficos, porém sem analisá-los ou interpretá-los.
4	Sem informação	Registra a questão do acompanhamento do egresso como interesse, intenção, mas não traz qualquer dado concreto sobre o tema. E/ou registra o egresso como um indicador a ser analisado, apresentando os instrumentos de coleta de dados, mas sem trazer maiores detalhes da proposta.

Fonte: Elaboração própria

1.5.2 Categorias Substantivas

Para a sintetização das informações obtidas com a leitura dos relatórios das CPAs foi organizado um quadro, para cada região, com os trechos dos relatórios que diziam respeito ao foco da pesquisa – o egresso –, contendo as *Categorias Substantivas* elaboradas para a análise, com base nas orientações da Conaes¹:

QUADRO 3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA A ANÁLISE SUBSTANTIVA

	CATEGORIAS SUBSTANTIVAS/QUESTÕES		
	INSERÇÃO PROFISSIONAL	PARTICIPAÇÃO DOS EGRESSOS NA VIDA DA IES	AVALIAÇÃO DO EGRESSO E DA SOCIEDADE
IES X Região	- Investiga situação dos egressos? - O índice de ocupação entre eles? - A relação entre a ocupação e a formação profissional que oferece aos estudantes?	- Existem atividades de atualização e formação continuada? - Há participação? Como? Quais são as contribuições?	- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida? Quais? Essas informações são utilizadas para revisar os planos e programas? - Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores para revisar o plano e os programas? Quais?
IES – 1			
IES – 2			
IES – 3			

Fonte: Elaboração própria

¹ Nas orientações da Conaes está posto que o item EGRESSOS deva ser composto pelo Núcleo básico e comum e Núcleo de temas optativos, utilizando documentação, dados e indicadores para essa dimensão a seguir especificados: Núcleo básico e comum – Inserção profissional dos egressos; e Participação dos egressos na vida da Instituição; e Núcleo de temas optativos – Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?; Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida? Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição? Quais?; É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas? Como é feita?; Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?; Há participação dos egressos na vida da instituição? Como?; Que tipos de atividades desenvolvem os egressos? Que contribuições sociais têm trazido? A Conaes também determina a documentação e os dados para esta dimensão, a saber: Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores desses egressos; Dados sobre a ocupação dos egressos; e Evidências de atividades de formação continuada para os egressos.

Os textos referentes ao foco de pesquisa foram colocados dentro do Quadro 3, de acordo com as categorias estabelecidas. Dessa maneira, pode-se ter uma visão das partes e do todo, possibilitando uma melhor análise e um melhor estabelecimento de relações entre os dados pesquisados.

É importante ainda acrescentar que nas medidas e estratégias potencializadas pelo SINAES, especificamente no instrumento de avaliação institucional externa, está previsto o acompanhamento do egresso.

Acompanhamento do egresso, o conceito referencial mínimo de qualidade determina: quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas, e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos. (BRASIL. INEP, 2004).

Tendo por base as constatações anteriores, podemos afirmar que, no Brasil, a pesquisa sobre o egresso de IES geralmente trata de análises quanto à trajetória de alunos de algum curso em específico, após a formação universitária. O modo como as IES têm lidado com esses alunos formados, os estudos sobre a existência de algum acompanhamento desse segmento, a maneira como isso tem sido conduzido são temas ainda pouco explorados. As razões para isso, possivelmente, deve-se ao fato de ainda ser recente a política que cobra esse tipo de análise e avaliação por parte das IES.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a política institucional de integração e a avaliação do egresso dos cursos integrantes do 2º Ciclo do Enade, com base nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs).

Como objetivos específicos maiores destacaram-se:

- Organizar, sistematizar e avaliar a metodologia relativa ao Egresso, como política institucional de avaliação.
- Analisar as políticas de acompanhamento dos egressos contidas nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) contrastando-as com as orientações do Sinaes, especificamente com as de autoavaliação das IES.
- Subsidiar uma política de Avaliação Institucional referente ao acompanhamento dos egressos, especificamente, em Relatórios de AI.

GOVERNANÇA ACADÊMICA: RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS

Os sistemas de avaliação da educação têm sido a marca do momento atual no cenário global, com vistas a garantir a qualidade. No Brasil, nos diferentes níveis da educação, temos mecanismos de aferição da qualidade, cuja maioria consiste em avaliações de larga escala, em que se busca verificar o nível de conhecimento dos estudantes: Provinha e Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Na educação superior, temos o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), das avaliações institucionais e dos cursos.

Um outro aspecto importante a ser considerado é a relação da universidade com o mercado. Teoricamente, segundo Bourdieu (1989), trata-se de dois campos diferenciados². A universidade é o campo científico, e o mercado é o campo profissional. Esses compõem o campo social e têm regras distintas. O campo científico é definido como um espaço multidimensional no qual ocorre uma luta concorrencial em que está em jogo o monopólio da autoridade, definida como capacidade técnica e poder social (BOURDIEU, p.135).

² Um campo, e também o campo científico se define entre outras coisas através da definição dos objetos e disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesse implica na (sic) indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados)” (BOURDIEU, 1989, p. 89)

A esse respeito podemos citar Mortimer e Sathre (2010. p. 14), quando se referem a governança acadêmica como o processo de arte e política. Ela

envolve a capacidade de lidar com níveis altos de complexidade – concorrentes interesses e agendas, uma gama extraordinária de participantes/atores, negociações e trade-offs que levam ao progresso e muitas vezes a retrocessos. A Governança eficaz requer atenção às limitações de tempo, personalidades, bem como a importância da colegialidade e da burocracia no processo de tomada de decisão. O governo de uma universidade certamente não é o mesmo que governa o país, mas o comportamento politicamente esclarecido é necessário na Educação superior muito mais do que a maioria gostaria de admitir.

Os autores acima citados nos afirmam que

o mercado é claramente muito mais interessado no resultado do que nos processos de governança interna da Educação Superior. O mercado não dita processos de governança, e nesta matéria instituições de ensino superior estão por conta própria (p. 14).

Neste contexto tratar-se-á aqui de um dos aspectos que compõem esse sistema de avaliação do ensino superior: a avaliação interna das instituições. Nessa avaliação, diferentes dimensões devem ser consideradas, entre elas a questão do egresso, objeto da análise que será apresentada.

O acompanhamento do egresso é proposto pela Conaes, órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes, como uma das dimensões de análise do relatório de avaliação institucional a ser realizado pelas IES. Tal dimensão insere-se numa categoria maior: a do ensino, um dos principais objetivos da universidade, junto com a pesquisa e extensão, e principal função para as IES de maneira geral. Trata-se, portanto, de uma categoria que exige controle acurado.

Faz-se fundamental às IES avaliar as ações educacionais direcionadas aos seus alunos, acompanhar, mensurar os resultados de suas atividades, a fim de verificar fragilidades e potencialidades nesse sentido, que as ajudem a redimensionar seu planejamento. Para que o controle de uma ação seja eficaz é preciso estabelecer objetivos, identificar pontos estratégicos, planejar e, principalmente, acompanhar a execução desse planejamento. Esse acompanhamento deve ocorrer durante todo o processo, para que se possam repensar os objetivos e ações empreendidas, com intenção de refinar ou adotar novos procedimentos que ajudem a chegar às metas propostas.

A essa forma de governança denominamos de *governança compartilhada*, que tem como um dos principais desafios enfrentar a rotina da universidade com os grandes objetivos da instituição geralmente postos por forças externas.

A arte da governança compartilhada exige uma parceria de líderes que estão no mercado inteligente – capaz de entender o mercado e outras forças externas no trabalho; missão centrada – capaz de manter as metas básicas de suas instituições e propósitos distintos na vanguarda processo de tomada de decisão; e politicamente esclarecido – capaz de conduzir a sua instituição de forma segura através da selva de defensores concorrentes. Líderes e participantes da governança precisam reconhecer a importância de todos esses atributos, mas diferentes podem dominar, dependendo da natureza, o grande desafio que têm em suas mãos. Dominar as habilidades associadas a estes atributos não garante resultados satisfatórios para todas as partes, mas vai um longo caminho para construir a confiança e legitimidade tão necessárias à governança acadêmica efetiva. (MORTIMER; SATHRE, 2010, p. 15).

2.1 Governança acadêmica: contribuição do relatório das CPAs/egresso à qualidade da IES – a perspectiva quantitativa

A análise quantitativa, como descrito na metodologia, classificou cada relatório das CPAs numa tipologia de 1 a 4 com o objetivo de verificar o impacto da implementação do Sinaes para a melhoria da qualidade da educação superior no 2º ciclo avaliativo.

QUADRO 4 VALOR ATRIBUÍDO, CATEGORIA E DESCRITORES DA TIPOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO (CPAS), NO ITEM EGRESSOS, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

VALOR ATRIBUÍDO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA ATRIBUÍDA A CADA INDICADOR
1	Descreve e analisa e/ou avalia	Apresenta instrumento de coleta, traz dados, analisa esses resultados e avalia, destacando as potencialidades, as fragilidades, apontando encaminhamentos.
2	Não descreve, mas analisa	Apresenta análise, constatações acerca dos egressos da IES, não descreve o instrumento de coleta de dados ou descreve, mas não traz dados da coleta.
3	Descreve	Apresenta instrumento de coleta de dados e expõe os resultados, por meio de tabelas, gráficos, porém sem analisá-los ou interpretá-los.
4	Sem informação	Registra a questão do acompanhamento do egresso como interesse, intenção, mas não traz qualquer dado concreto sobre o tema. E/ou registra o egresso como um indicador a ser analisado, apresentando os instrumentos de coleta de dados, mas sem trazer maiores detalhes da proposta.

Fonte: Elaboração própria

A seguir vamos apresentar o uso dos relatórios de avaliação institucional, especificamente no item egressos, de acordo com os principais fatores que possibilitam as arquiteturas acadêmicas do sistema de educação superior brasileiro, a saber: regiões, organização acadêmica e organização administrativa.

A avaliação do acompanhamento dos egressos nos relatórios das CPAs conforme a amostra da subpopulação Região é apresentada na Tabela 3 e nos gráficos, em que podemos constatar que:

- a grande maioria das IES utiliza muito pouco o egresso como fonte de informação sobre seus curso e a própria instituição para a melhoria da qualidade educacional;
- a grande maioria das IES, independentemente da região onde se situa a organização universitária, utiliza muito pouco o egresso como fonte de informação sobre seu curso e a própria instituição para a melhoria da qualidade educacional.

TABELA 4 RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL/EGRESSOS, CPAs, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

RELATÓRIO CPAs	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%	Total	%
Analisa e descreve	0	0%	0	0%	4	2,5%	1	0,6%	0	0%	5	3,1%
Analisa e não descreve	3	1,9%	0	0%	13	8,2%	2	1,3%	0	0%	18	11,4%
Só descreve	0	0%	1	0,6%	13	8,2%	3	1,9%	0	0%	17	10,7%
Sem informação	7	4,4%	15	9,5%	55	34,6%	26	16,3%	16	10%	119	74,8%
Total	10	6,3%	16	10,1%	85	53,5%	32	20,1%	16	10%	159	100%

Fonte: Elaboração própria

Quando os relatórios são analisados especificamente segundo a região, podemos também inferir dos gráficos a seguir que:

- nas regiões mais desenvolvidas, Sudeste e Sul, apesar de predominar a avaliação 3 e 4 , a avaliação 1 e 2 também é registrada. Ou seja, nas regiões mais desenvolvidas existem instituições universitárias as quais elaboram relatórios de avaliação relativos ao item egresso, que possam contribuir para uma governança acadêmica compartilhada e levar à qualidade da IES.

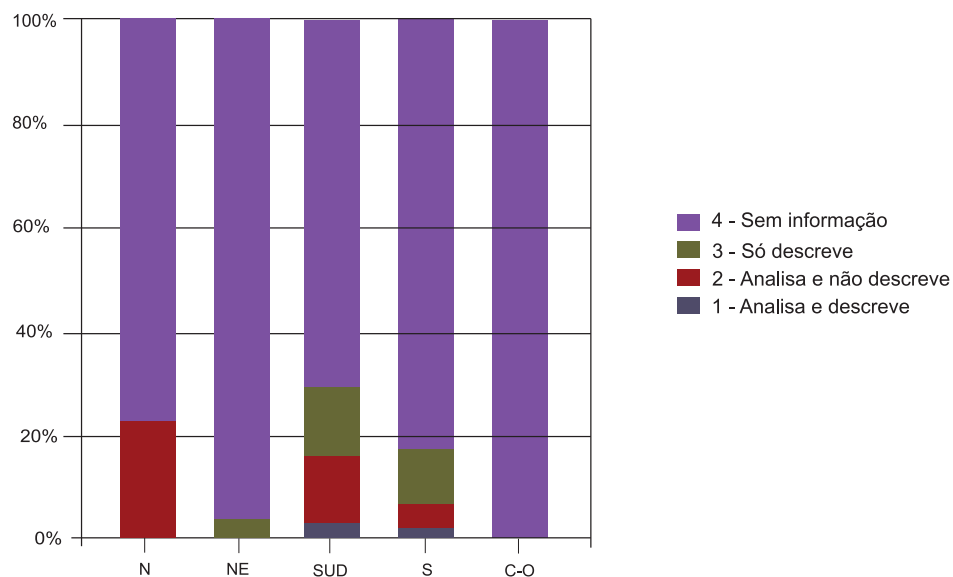


GRÁFICO 3 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS, SEGUNDO A REGIÃO DA IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Fonte: Elaboração própria

No gráfico a seguir podemos constatar que:

- a Região Centro-Oeste é a única região na qual os relatórios das CPAs referentes à parte do egresso não apresentam informações;
- a Região Nordeste apresenta um significativo número de relatórios analisa e não descreve a contribuição e a avaliação do egresso sobre o curso realizado; e
- a Região Nordeste não traz informações e exibe alguns relatórios só descreve a avaliação do egresso sobre o curso realizado.

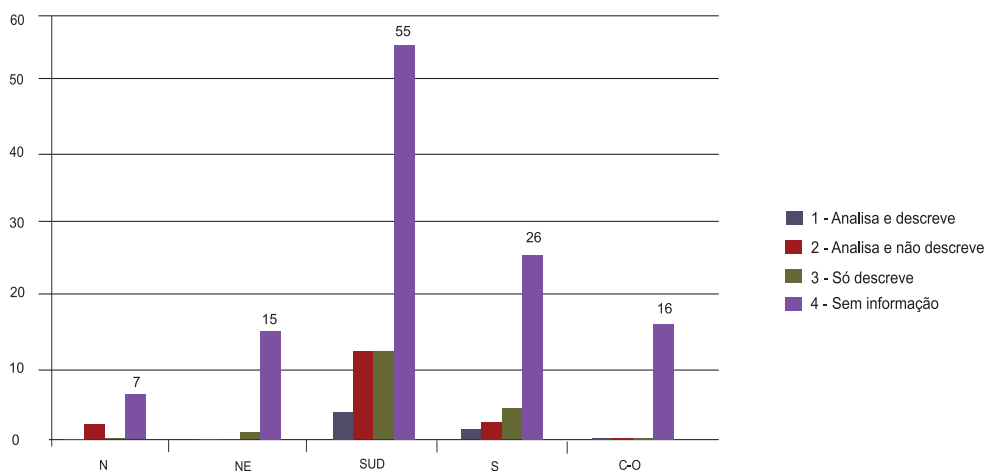


GRÁFICO 4 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS, SEGUNDO A REGIÃO DA IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Fonte: Elaboração própria

Uma segunda orientação das arquiteturas acadêmicas que interferiu no processo de avaliação institucional é a referente à organização administrativa.

[...] a LDB/1996, marco na trajetória de expansão da Educação Superior brasileira, dentre outras medidas, flexibilizou as formas organizacionais de oferta de Educação Superior, privilegiando a diversidade e diversificação de formatos institucionais e modalidades acadêmicas, que apresentaram um crescimento percentual acentuado. A partir da promulgação da LDB/96, o contexto de mundialização, ou internacionalização, marcou fortemente o campo acadêmico e sua arquitetura constitutiva e, com ele, não surpreende a promulgação de políticas regulatórias adentrando a tendência macrossocietária da diversidade, da diversificação, da flexibilização e da privatização que se mostram no presente trabalho. (MOROSINI; FRANCO; SEGENREICH, 2011, p. 59).

No Brasil, de acordo com o Censo de 2009, há 2.069 IES privadas, o que corresponde a 89,4% do total de IES, e 245 IES públicas, o que corresponde a 10,6% do total de 2.314 IES (MEC, 2010).

A avaliação do acompanhamento dos egressos nos relatórios das CPAs conforme a amostra da subpopulação organização administrativa – em síntese, IES pública ou IES privada – pode ser visualizada no Gráfico 5.

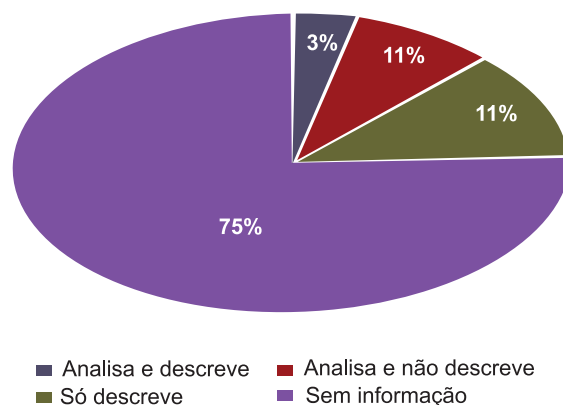


GRÁFICO 5 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Fonte: Elaboração própria

Dos relatórios de avaliação das CPAs, 40 (25%) deles apresentam informações sobre a contribuição e avaliação dos egressos quanto ao seu curso e a sua inserção profissional. Ou seja: esses relatórios descrevem e/ou analisam a contribuição e avaliação dos egressos à melhoria da qualidade educacional do curso que realizaram. Desses, a grande maioria, 152 (96%), é proveniente de IES privada, e sete (4%) são de IES pública (Tabela 4).

TABELA 5 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS, SEGUNDO CATEGORIA ADMINISTRATIVA DA IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Avaliação Relatório (item Egresso) CPAs	Pública		Privada		Total	%
	Fr.	%	Fr.	%		
1-Analisa e descreve	0	0%	5	3,1%	5	3,1%
2-Analisa e não descreve	0	0%	18	11,4%	18	11,4%
3-Só descreve	1	0,6%	16	10,1%	17	10,7%
4-Sem informação	6	3,8%	113	71%	119	74,8%
Total	7	4,4%	152	95,6%	159	100%

Fonte: Elaboração própria

Das IES privadas, 113 (74%) não apresentam informações a respeito da contribuição e da avaliação do egresso sobre o curso realizado e sua inserção no mercado de trabalho. Das IES privadas que apresentam contribuição, 39 (26 %) descrevem ou analisam a contribuição do egresso à qualidade educacional.

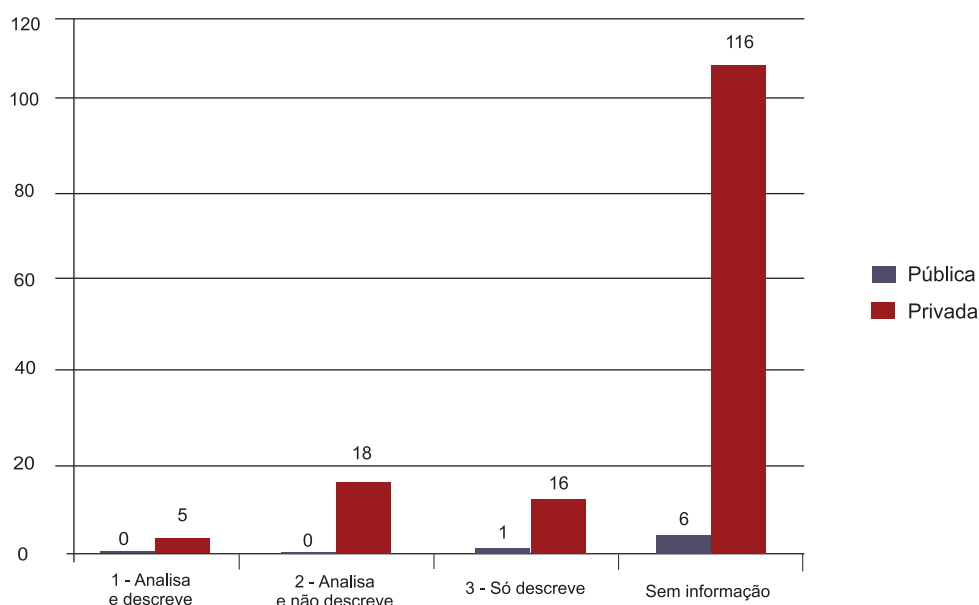


GRÁFICO 6 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS, SEGUNDO A CATEGORIA ADMINISTRATIVA DA IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Fonte: Elaboração própria

Os dados mostram que as instituições privadas apresentam relatórios de todos os tipos e classificados desde aqueles que analisam e descrevem até aqueles que não apresentam informações. Já as IES públicas apresentam relatórios que só descrevem” ou “sem informação.

Tais dados nos levam a hipotetizar que as IES públicas tenham uma governança mais autônoma dos marcos regulatórios do governo federal, nesse caso, daqueles emanados pelo Sinaes.

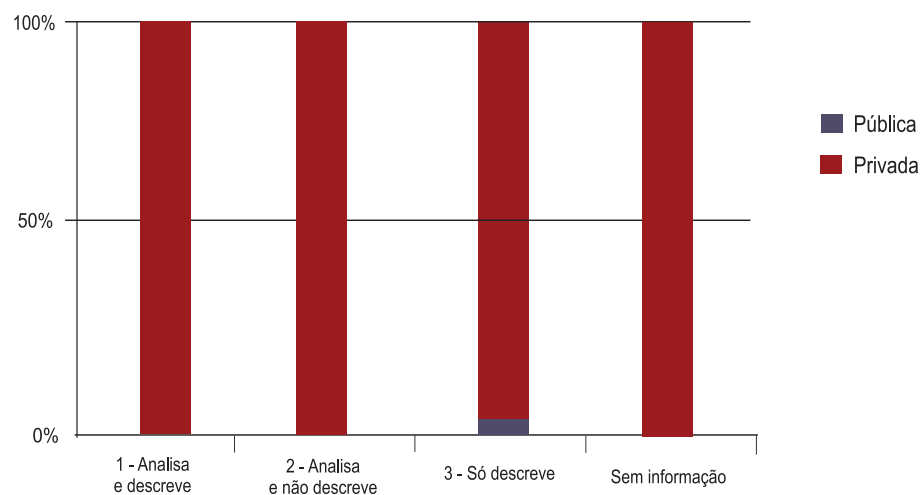


GRÁFICO 7 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS, SEGUNDO CATEGORIA ADMINISTRATIVA DA IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Fonte: Elaboração própria

A avaliação do acompanhamento dos egressos nos relatórios das CPAs conforme a amostra da subpopulação organização acadêmica se compreende quando consideramos que

o ensino privado enquanto categoria administrativa da educação superior brasileira, unívoca até 1996, passa, a partir de então, por um conjunto de reformulações que a diversificam institucionalmente. O suposto que emerge da constatação é o de que a expansão na diversificação e diversidade institucional decorrente sinaliza para distintas possibilidades. (MOROSINI; FRANCO; SEGENREICH, 2011).

No Brasil, segundo o censo de 2009, 1.966 (85 %) das IES são faculdades, 127 (5,5%) são centros universitários, 35 (1,5%) são institutos federais e Cefets, e 186 (8%) são universidades (BRASIL. MEC, 2010).

A amostra dos relatórios das CPAs reflete esses dados: 62% são faculdades, escolas e institutos superiores, 18% são universidades, 10,7%, faculdades integradas, e 9%, centros universitários.

TABELA 6 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS, SEGUNDO ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Relatório (item Egresso) CPAs	Universidade		Centro Universitário		Faculdades Integradas		Faculdades, Esc. e Institutos Superiores		Total	
	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%
1-Analisa e descreve	1	0,6%	0	0%	0	0%	4	2,5%	5	3,1%
2-Analisa e não descreve	7	4,4%	0	0%	2	1,3%	9	5,5%	18	11,2%
3-Só descreve	3	1,9%	3	2%	2	1,3%	9	5,5%	17	10,7%
4-Sem informação	18	11,4%	11	7%	13	8,1%	77	48,5%	119	75%
Total	29	18,3%	14	9%	17	10,7%	99	62%	159	100%

Fonte: Elaboração própria

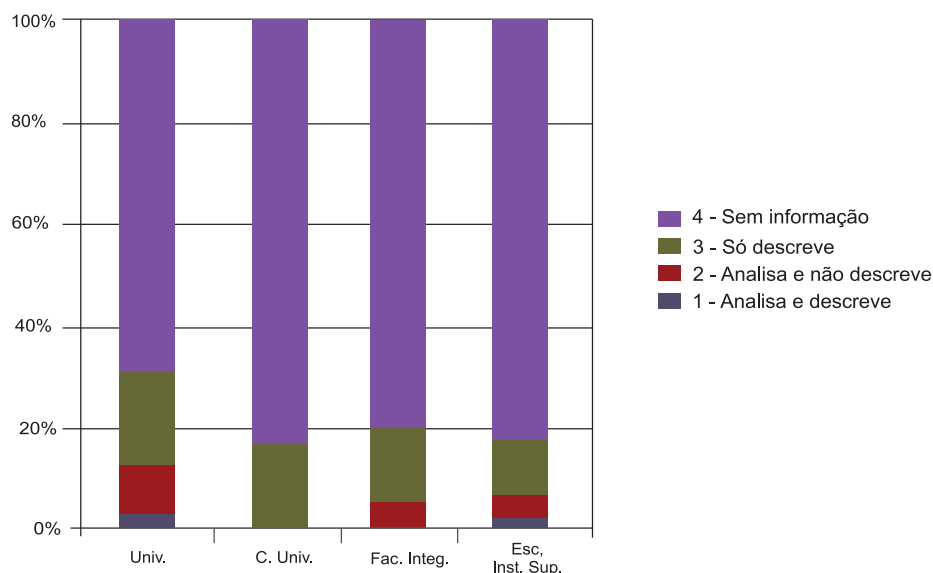


GRÁFICO 8 RELATÓRIOS DAS CPAS/EGRESSOS, SEGUNDO ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2º CICLO AVALIATIVO/SINAES – BRASIL – 2008

Fonte: Elaboração própria

Constatamos que as universidades, apesar da autonomia que gozam diante das decisões do governo central, apresentam um percentual relativo significativo de relatórios classificados nas opções 1 e 2, ou seja, nas opções “analisa e descreve” ou “analisa e não descreve”. É o tipo de organização administrativa com maior percentual relativo para essas categorias. As faculdades integradas não apresentam relatórios no item analisa e descreve e os centros universitários não apresentam percentuais nas categorizações analisa e descreve e analisa e não descreve.

2.2 Governança acadêmica: contribuição da avaliação da instituição pelos egressos – a perspectiva quantitativa

A análise, conforme proposto no item *metodologia*, abarcava uma parte voltada à construção de categorias substantivas, relativas à contribuição e à avaliação do egresso sobre o curso realizado. Essa parte teve um caráter qualitativo, de análise discursiva textual (ADT), tendo como *corpus* de análise os relatórios das CPAs, que apresentavam respostas no item *egressos*.

A contribuição do egresso à qualidade do curso, seguindo as orientações da Conaes, neste trabalho, foi analisada em três eixos, a saber: Inserção Profissional do Egresso; Participação dos Egressos na vida da IES; e Avaliação do Egresso e da Sociedade sobre o Curso realizado.

O primeiro eixo investiga a situação dos egressos, o índice de ocupação entre eles e a relação entre a ocupação e a formação profissional que oferece aos estudantes.

O segundo eixo busca averiguar se existem atividades de atualização e formação continuada e se há participação. Como estas se dão? Quais são as contribuições?

O terceiro eixo busca responder se existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida. Quais? Essas informações são utilizadas para revisar os planos e programas? Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores para revisar o plano e os programas? Quais?

Esses eixos, obedecendo ao proposto, tiveram como fator de análise as regiões brasileiras.

2.2.1 Inserção profissional do egresso

Nos relatórios das CPAs das IES da Região Norte (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES: UNIVERSIDADE, 2008), apenas um dos relatórios da amostra das IES dessa área trouxe levantamentos com dados concretos (números, tabelas, gráficos) sobre a inserção do egresso no mercado de trabalho, mas nenhuma avaliação nesse sentido. A instituição citada anteriormente foi uma universidade da região, que em seu relatório apresenta, em diferentes tópicos, as informações obtidas com o acompanhamento que faz do seu egresso:

A [...] está em processo de implantação de uma política para os seus antigos alunos e um sistema de acompanhamento de seus egressos, o III PQD (2005-2009) e agora o PDI (2006-2010) já inclui um Programa que prevê um sistema de aperfeiçoamento para o atendimento do alunado e a manutenção de um sistema de acompanhamento permanente dos antigos alunos. De outro lado, há uma Associação de Antigos Alunos que foi criada pela primeira turma formada no [...] em 1978. Esta Associação que está em pleno funcionamento,

ganhou espaço próprio no *campus* [...], está ampliando a arregimentação de egressos e assumindo a missão de cultivar o vínculo dos antigos alunos com a instituição (p. 140).

Além deste, os outros diferenciais da [...] ficam evidentes quando 53,5% de seus egressos em 2008.1 afirmaram ter o desejo de continuar participando das atividades acadêmicas da instituição (p. 32)

Em pesquisa sobre o grau de satisfação dos alunos e concluintes, realizada nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, 52,8% dos alunos e 60,98% dos egressos concordam que uma das marcas da instituição é sua organização, sempre pautada no planejamento (p. 108).

Para os egressos da [...] apenas 29% reconhecem que o acervo e o espaço físico da Biblioteca são Excelentes. Reconhecem que os equipamentos dos laboratórios, sua atualização, conservação e quantidade é Excelente para 44% (p. 136).

Nos relatórios da amostra de IES da Região Nordeste também não há muitos dados concretos sobre a inserção profissional do egresso, apesar de registrarem preocupação quanto a esse aspecto. Em alguns casos, informações soltas são apresentadas: a IES registra como potencialidade o reconhecimento do mercado da qualidade de formação dos seus egressos, mas não informa de que maneira obteve essa informação. Temos frases apresentadas em tópicos como Número elevado de egressos aprovados em concursos e pós-graduação (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2007-2008, p. 81).

Na Região Centro-Oeste, mais uma vez, verifica-se que as instituições estão preocupadas com o acompanhamento do egresso, pois esse ponto é citado em todos os documentos. Entretanto, novamente também é possível perceber que a implementação de uma política para esse segmento ainda é algo incipiente em grande parte das IES. A maioria não apresenta dados sobre a inserção profissional dos egressos, algumas, porém, chegam a mencionar que pretendem levantar tais dados:

Esse resultado mostra a necessidade de adoção de políticas institucionais voltadas para:

[...]

b) implementação mais rápida do seu programa de acompanhamento dos alunos formados, isto é, realizar pesquisas sobre colocações, salários e satisfação dos empregadores, que fornecerão feedback sobre a competência e atitude dos alunos egressos. Essas pesquisas fornecerão subsídios para a melhoria do ensino e das operações da Instituição; [...]. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 28).

Outra instituição cita esse aspecto como potencialidade, mas que ainda depende de ações a serem postas em prática pela IES, como: Criação de visibilidade sobre o índice de empregabilidade dos egressos (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2007-2008 p. 39). As IES que trazem informações

sobre a inserção profissional de seus egressos, porém sem apresentar dados concretos acerca dessas constatações, apresentam textos como esse: “[...] em relação às políticas para os egressos, é importante ressaltar que existe um número considerável de alunos egressos atuando na Instituição” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 57). A IES apenas traz uma afirmação acerca da inserção profissional do egresso, contudo não registra de que maneira coletou essa informação, nem apresenta dados concretos dessa coleta. O que temos são dados obtidos de maneira informal, e não resultante de uma investigação sistemática, como nesse outro exemplo: Temos alunos egressos ocupando postos de trabalho em sua área e os que voltam à Instituição para informar o sucesso obtido (RELATÓRIO DA CPA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 15).

Nos relatórios da Região Sul, a preocupação com o egresso é registrada em boa parte dos documentos, porém, mais uma vez, pode-se perceber que muitas IES ainda estão num processo inicial de estabelecimento de políticas para acompanhar esse segmento. É importante registrar que um número significativo de instituições nem ao menos menciona qualquer proposta ou intenção de implementação de algum programa que vise ao acompanhamento do seu egresso, em torno de 25% do total da amostra (32 relatórios). E, por volta de 20% delas salientam que ainda não possuem uma política de acompanhamento do egresso, e/ou que pretendem implementá-la, entretanto, pouco ou nada falam sobre como farão isso e para quê: Inexiste uma prática de acompanhamento dos egressos (RELATÓRIO DA CPA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 22); “Não há, ainda, mecanismos de articulação entre a IES e os egressos, bem como base de dados de informações” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 4-5). As IES que as situam como ações a serem instituídas expõem na dimensão referente ao ensino: “Criação de instrumentos de avaliação de acompanhamento de egressos, para a melhoria da qualidade do ensino”. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 18); “Criação/análise/reorganização de instrumentos de avaliação que serão respondidos pela comunidade, incluindo os egressos dos cursos da [...]” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 4); “Instituir um programa para acompanhamento dos egressos para avaliar o sucesso de seus cursos de graduação e para manter o cadastro atualizado de seus ex-alunos” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 7).

Por fim, na amostra dos relatórios das CPAs da Região Sudeste, no que concerne à investigação da inserção profissional do egresso, em torno de 54 dos documentos, de um total de 85, não apresentam informações sobre o assunto. Dos relatórios analisados, apenas 17 documentos trazem informações mais concretas acerca de investigações que têm empreendido aos egressos. Havia poucos relatórios que, além de trazer dados, também realizaram avaliações sobre essas informações. Um bom exemplo de uma instituição que parece estar com a sua política de acompanhamento do egresso em estágio mais avançado é o de uma universidade cujo relatório apresenta uma análise bastante detalhada sobre o seu egresso, se comparada às demais de sua região e de outras regiões do país. Essa IES traz os dados e explica a maneira como coletou e analisou e como realiza reflexões:

[...] Atuação profissional e a formação recebida

Buscando estudar os reflexos da formação recebida na universidade em relação à empregabilidade e atuação profissional, foram propostas algumas indagações aos egressos.

Em relação ao vínculo com o mercado de trabalho, a maioria dos ex-alunos (82,4%) revelaram (sic) que possuem trabalho remunerado, conforme apresentado no quadro a seguir.

Tabela – Distribuição das respostas dos egressos da PUC-SP em relação ao seguinte item do questionário:

Atualmente qual é seu vínculo com o mercado de trabalho?

[...]

A empregabilidade propiciada ao egresso, revelada como preponderante no grupo, é dirigida à área de formação, o que pode ser considerado um indicador importante da valorização do profissional formado pela PUC-SP. Observando-se o quadro abaixo, verificou-se que a maioria dos respondentes (78,1%) atua dentro de sua área.

[...]

Tabela – Distribuição das respostas dos egressos da [...] em relação ao seguinte item do questionário:

Atua dentro da sua área de formação?

Constatou-se também que a maioria dos egressos (62,4%) exerce suas atividades no setor privado, o que de certa forma é explicado pela maior oferta de trabalho ocorrer nesse segmento. Os dados, a seguir, mostram a distribuição dos egressos pelos setores onde exercem suas atividades profissionais.

[...]

Tabela – Distribuição das respostas dos egressos da [...] em relação ao seguinte item do questionário:

Exerce atividade vinculada ao setor?

[...]

Quanto ao tempo de exercício no trabalho, as respostas indicaram que exercem o atual trabalho, predominantemente entre 2 e 5 anos (27%), embora 24,6% o façam há mais de 16 anos.

[...]

Tabela – Distribuição das respostas dos egressos da [...] em relação ao seguinte item do questionário:

Há quanto tempo você exerce esse trabalho?

[...]

A institucionalização da pesquisa junto ao egresso tem suscitado grande interesse na universidade, pois os dados trazidos pelos sujeitos que viveram a formação e passam a ter um olhar sobre ela fundado no exercício da profissão, tem se revelado um instrumento fundamental para tomada de decisões, especialmente no processo de construção e avaliação dos projetos de cursos. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 92-94).

Os demais relatórios ou somente apresentam a intenção de instituir uma política ou apenas mencionam o perfil do egresso, mas não registram ter o acompanhamento desse segmento ou ter a intenção de implementar essa ação. Nesse último tipo, temos aproximadamente 16 relatórios. Quanto àquelas instituições que registram intenção de estabelecer uma política de acompanhamento, alguns exemplos da maneira como expõem a proposta:

- a. Criar uma estrutura de acompanhamento psicopedagógico, de orientação profissional ao discente e de acompanhamento do egresso.
- b. Elaborar norma de acompanhamento do egresso que inclua mecanismos para a criação de uma base de dados, para promoção de um relacionamento contínuo, para avaliação da formação do profissional e utilização das opiniões dos egressos para o aperfeiçoamento do processo de formação (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 14).

[...] consideramos adequado sugerir que a CPA, em parceria com a coordenação dos cursos ou com uma equipe auxiliar, elabore um programa de avaliação dos egressos, para que possamos construir um rol de informações mais consistentes. Para a Instituição, pode ser interessante informações sobre: [...] (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 6).

Na amostra dos relatórios da Região Sudeste, onde se localiza grande parte das IES de maior reconhecimento no país, proporcionalmente, não encontramos tanta diferença entre as demais regiões, já que as mesmas questões foram observadas: políticas de acompanhamento do egresso fragmentadas ou muito incipientes, carência de uma avaliação desse ponto por grande parte das IES, poucas iniciativas no sentido de possibilitar a participação do egresso na vida da IES, investigações sobre a inserção no campo profissional esparsas, cujos resultados, na maioria das vezes, apenas são descritos e pouco ou nada avaliados.

Novamente temos um discurso nos relatórios sobre o egresso em que se percebe a preocupação em coletar dados desse segmento, porém, em muitos casos, o fato, as razões de isso ser importante, parecem ainda não ser algo muito claro para as IES. O acompanhamento do egresso é ainda pouco sistematizado, sem planejamento.

2.2.2 Participação dos egressos na vida da IES

Quanto ao aspecto da participação dos egressos na vida da instituição, nos relatórios das CPAs da Região Norte apenas uma delas trouxe dados sobre esse ponto:

Dentre o público ingressante nos cursos de Especialização da [...] “2.431 alunos, distribuídos em 48 cursos”, a maioria, cerca de 70%, é de egresso dos cursos superiores da própria [...]. A [...] tem estruturado um amplo programa de pós-graduação em nível de especialização. No período de 2004 a 2008, foram 68 cursos ofertados e a grande maioria dos frequentadores são antigos alunos da [...] (70%). Situação parecida ocorre nos três programas de Mestrado (Economia, Direito e Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano). Os dados da pesquisa realizada, no primeiro semestre de 2008, com os egressos, confirmam que a [...] promoveu a maior parte dos eventos (congressos, jornadas, seminários, fóruns, e outros) dos quais 64,4% participaram. Em pesquisa realizada com alunos, no mesmo período, os índices são indicativos de que 40,6% desses discentes classificaram esses eventos como BOM, e 23,1% atribuíram o conceito EXCELENTE. Semanalmente o jornal O Comunicado apresenta uma coluna sobre os antigos alunos, intitulada “Eu fiz [...]”, cujo objetivo é divulgar e acompanhar a trajetória do egresso no mercado de trabalho e seu desenvolvimento profissional, enfatizando a contribuição da [...] para o sucesso no desempenho da profissão do antigo aluno. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2008, p. 153-170).

As demais instituições da amostra, quando mencionavam algo a respeito, citavam o oferecimento de atividades de formação continuada, principalmente, na pós-graduação e as formas de incentivo aos egressos como possibilidade de descontos na 2ª graduação ou nos cursos de pós-graduação.

Observou-se que as IES da Região Nordeste também não têm a participação do egresso na vida da instituição como um aspecto de relevância. Apenas 3 dos relatórios da IES analisadas, de um total de 16, mencionaram algo com relação a essa questão, mas sem trazer maiores dados ou propostas para esse aspecto. Sobre a participação, quando mencionada, ou apenas o assunto foi citado, sem estar acompanhado de qualquer dado a respeito, ou a IES apresentou alguns mecanismos de tentativa de manutenção de vínculo, como o incentivo de desconto na mensalidade para estudantes que desejarem fazer outro curso de graduação na IES e/ou de pós-graduação, de extensão e programas voltados para proporcionar o aperfeiçoamento profissional e facilitar a inserção do egresso no mercado de trabalho, por exemplo:

Nesse sentido, a criação do Centro de Carreiras [...], em 04 agosto de 2008, introduz na [...] novas modalidades de serviços prestados aos discentes e egressos, através da oferta de atividades e programas voltados ao aperfeiçoamento e inserção profissional do aluno e à maior efetividade na articulação entre a IES e organizações externas, através de ações de estágio, emprego, desenvolvimento de carreiras, elevando assim o nível do serviço prestado ao corpo discente do [...].

[...]

Os planos de incentivo são descontos criados pela [...] em cursos de graduação plena, tecnológica e pós-graduação para alunos e egressos graduados pela [...]. Em setembro de 2008, a [...] lançou um pacote de benefícios para alunos, parentes e egressos, através de bolsas e descontos na mensalidade. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2008, p. 98-100).

No material das IES da Região Centro-Oeste, essas em um total de 16, em torno de 50% destacam que têm programas e políticas de incentivo para oferecer formação continuada, de acordo com os interesses e necessidades dos seus alunos egressos, mas nenhuma delas apresenta resultados de suas ações nesse âmbito. Isto é, a leitura do material apresentado pela IES, em sua maioria, nos permite saber que ações têm sido praticadas com a intenção de fortalecer o vínculo entre egresso e IES, mas não revela o impacto dessas ações. O que ficamos conhecendo com as informações constantes nos relatórios dessas instituições é, por exemplo, a maneira como fazem para informar os egressos sobre os eventos acadêmicos, os cursos oferecidos pela IES: “A [...] realizou o novo cadastramento dos seus alunos – egressos – e enviou mala direta a todos, convidando-os para os eventos da IES”. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 30). Também se constata que o incentivo para que o egresso continue sua formação na IES é entendido como uma das principais vias de manutenção do vínculo entre IES e aluno formado: “O Programa de Acompanhamento dos Egressos visa à formação continuada e à reinserção dos ex-alunos na vida acadêmica.” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 110). Embora uma delas mencione outros mecanismos, como o incentivo à organização de associações de egresso, no trecho “já conta com o Portal dos Egressos e encontra-se em desenvolvimento a criação da Associação dos Egressos da [...]” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 31), é importante registrar que há a outra metade de IES que não traz qualquer informação, nem ao menos mencionando a questão da participação do egresso na vida da instituição.

Com relação à participação dos egressos na vida da instituição, as IES da amostra da Região Sul trazem o oferecimento de cursos de pós-graduação como uma forma de possibilitar a formação continuada de seus egressos e a comunicação, geralmente via e-mail, como maneira de informar e convidar os egressos para os eventos e os cursos que irão ocorrer na instituição. Nenhuma das IES apresenta informações sobre como tem se dado essa participação, de que maneira isso tem influenciado na vida da instituição. Os descontos nos cursos de pós-graduação, extensão, segunda graduação, comparando-se novamente com os dados das IES de outras regiões, aparecem como uma das formas de incentivo, de estímulo à participação dos egressos. Há iniciativas que fogem um pouco do padrão comentado, como é o caso de IES que incentivam e disponibilizam o espaço para a formação de associação de egressos ou daquelas que organizam encontros, eventos, cursos especialmente para esse segmento e, ainda, daquelas que disponibilizam a infraestrutura da instituição para o egresso:

A [...] possibilita ao associado:

- efetuar empréstimos de exemplares de obras disponibilizadas pelas bibliotecas [...];
- participar das reuniões e assembléias da [...], bem como ao conagraçamento entre egressos de áreas e cursos afins, programadas pela Associação;

- obter bolsa-auxílio equivalente a 10% (dez por cento) nas mensalidades dos Cursos de Pós-Graduação ministrados pela [...], como forma de incentivar a continuidade dos egressos;
- fazer uso do Ginásio de Esportes e de Atividades Esportivas Programadas [...];
- utilizar os Laboratórios de Informática de uso acadêmico [...];
- fazer uso dos Laboratórios de áreas específicas para desenvolvimento de pesquisas, tais como: Engenharia, Mecatrônica, Farmácia, Medicina Veterinária, etc., de acordo com as normas de cada departamento. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 134-135).

No material das IES da Região Sudeste em que há menção da questão da participação do egresso na vida da instituição, encontrou-se com maior recorrência os seguintes mecanismos utilizados pelas IES: o oferecimento de cursos de pós-graduação de acordo com demanda dos egressos, o oferecimento de descontos e bolsas para a realização de cursos de pós-graduação, a possibilidade de uso da infraestrutura da IES, como o espaço da biblioteca. Há também algumas instituições que informam ter um programa ou uma associação de egressos, ou momentos em que organizam encontros desses antigos alunos. Poucas instituições registram investigar, avaliar os resultados de suas iniciativas para a manutenção do vínculo com o egresso, mas, mesmo essas IES não trazem dados e avaliações concretas, apenas dizem que fazem esse tipo de investigação. Quando algum dado nesse sentido é apresentado, esse aparece junto com a pesquisa sobre inserção profissional, por meio de perguntas como: Você pretende dar continuidade na sua formação? Você irá fazer um curso de pós-graduação? Na amostra dessa região, apenas em um dos relatórios encontramos dados sobre a participação do egresso na vida da IES:

Um dado importante foi a participação dos alunos nas atividades extra-sala de aulas (como palestras, visitas técnicas, feiras etc.) que a Instituição sempre tem programado. Dados sobre os egressos 2006 demonstram isso, pois enquanto estavam cursando a graduação 36% freqüentavam regularmente as atividades e 44% eventualmente. Para os egressos de 2007 a participação nestes eventos foi de forma regular para 29% e eventualmente 47% dos alunos do último período letivo. (RELATÓRIO DA CPA - ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 22).

2.2.3 Avaliação do egresso e da sociedade

Nas IES da Região Norte, verifica-se que há uma preocupação por parte das instituições quanto à necessidade de estabelecer uma política de acompanhamento do egresso, visando a construir informações

sobre a inserção profissional e a opinião acerca da formação recebida desse aluno formado e também com o intuito de fortalecer/criar vínculos entre os alunos e a instituição. No entanto, a preocupação com a avaliação que a comunidade faz da IES e com a percepção que os empregadores/empresas têm de seus egressos parece ser um aspecto pouco considerado, pois somente algumas citam esse ponto em seus relatórios. Das dez instituições que compõem a amostra dessa região, apenas duas delas sinalizam estar preocupadas com a investigação de informações sobre a avaliação da comunidade externa: “A 1ª fase de coleta de opinião ainda está em andamento junto aos egressos e agentes da sociedade civil, com término previsto para 27/01/09, conforme cronograma de desenvolvimento da Auto-Avaliação Institucional 2008.” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2008, p. 3). A outra IES já está um pouco mais adiantada, trazendo dados sobre essa avaliação:

Durante a implementação do módulo VII junto aos representantes da comunidade e do mercado de trabalho procuramos saber se os cursos oferecidos pela [...] atendem as necessidades do mercado de trabalho local e regional; se é de conhecimento destes projetos sociais desenvolvidos relacionados ao meio ambiente, inclusão social, desenvolvimento econômico, memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural e se a [...] como Instituição de Ensino Superior tem contribuído para com o desenvolvimento social e econômico do Município e região:

45% responderam que os cursos oferecidos pela IES têm atendido o mercado local e regional sim, até por que a maioria dos profissionais de [...] e região cursaram o nível superior na IES;

30% responderam que não;

25% responderam que a satisfação é parcial e que não sabem se voltariam.

Com relação ao segundo questionamento:

45% responderam que os profissionais formados pela IES têm correspondido às exigências do mercado;

30% disseram que não;

25% disseram parcialmente;

Com relação aos projetos sociais:

30% disseram ter conhecimento sobre alguns;

30% disseram que não conhecer e;

40% disseram estar informados sobre todos os projetos por intermédio do site da [...] (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2008, p. 21).

Nas IES da Região Nordeste, embora a maioria registrasse preocupação com a instituição de uma política de acompanhamento do egresso, muitas delas, nesse período de elaboração do relatório, ainda não

possuíam um planejamento que abarcasse a instituição como um todo, na busca de coletar e avaliar dados sobre seus egressos:

[...] a [...] ainda não conseguiu desenvolver um sistema de avaliação dos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação, existindo apenas iniciativas pontuais de acompanhamento. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2005-2008, p. 20).

Muito embora reconhecendo a importância das ações acima descritas, a [...] ainda se ressentia de uma política estudantil que abarque os alunos egressos de seus cursos de graduação e de pós-graduação, importantes interlocutores no processo de auto-avaliação. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2006-2008, p. 60).

De um modo geral a IES não possui um núcleo responsável pelo planejamento e acompanhamento dos egressos, nem dados que permitam verificar indicadores de eficiência. O que acontece são ações isoladas na forma de eventos do tipo palestras, com depoimentos de ex-alunos inseridos no mercado de trabalho. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2007-2008, p. 69).

Outras instituições relataram ter uma proposta de acompanhamento do egresso, porém não apresentaram qualquer dado obtido com essa ação, limitando-se apenas, em alguns casos, a descrever os mecanismos que utilizavam para coleta de dados desse segmento; em outros, só citando como uma das ações realizadas:

3.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes existentes na [...] e a relação com as políticas públicas e sociais. Mecanismo de controle e análise de evasão e abandono, orientação psicopedagógica, acompanhamento e orientação aos estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais, além do acompanhamento de egressos. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 11).

As políticas de atendimento aos estudantes centralizam-se nas coordenações dos cursos e, mais recentemente, no Centro de Apoio ao Egresso (CAE). [...] Quanto aos egressos, apesar de existir um acompanhamento através da pós-graduação e informações assistemáticas e o próprio centro de acompanhamento do egresso (CAE), ainda não há um link no site da Faculdade. No decorrer de 2007, a CPA iniciou o processo de controle e supervisão do cumprimento do plano de gestão do projeto. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 33-34).

Somente uma delas chegou a trazer dados e informações sobre seus egressos, mas pouco atualizados e sem o acompanhamento de uma análise:

Não existe ainda na Universidade um sistema de acompanhamento de egressos, apenas um embrião iniciado em 2005 com estímulo do SINAES. Naquela época foi criado um banco de dados com os alunos concluintes da Universidade, com os quais se realizou uma pesquisa piloto para identificação das perspectivas profissionais do formando da [...]. As principais características foram as seguintes: 61% dos formandos eram mulheres; 84% solteiros; 39% haviam recebido algum auxílio financeiro da Universidade; 84% não havia feito outro curso; 51% entre 24 e 27 anos; 86% pretendia fazer pós-graduação, sendo que 64% se mostrou interessado em procurar a própria UFPE; 89% acreditava que havia desenvolvido capacidade de desempenhar funções profissionais; apenas 8% considerava o conhecimento da graduação insatisfatório; 84% pretendia continuar na área de trabalho; 62% não tinha proposta de trabalho em vista; 55% desejava fazer concurso público. [...] A política de acompanhamento de egressos não teve continuidade a partir de 2005 e, por este motivo, informações importantes como a empregabilidade dos egressos da UFPE ou a participação dos mesmos na vida da Instituição não estão disponíveis para análise. Da mesma forma não existem ainda mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES, 2006-2008, p. 50).

Os dados sobre egressos constantes na amostra de IES da Região Centro-Oeste indicam que a IES está consciente da necessidade de estabelecer e sistematizar uma política de acompanhamento do egresso, porém, muitas delas não têm definido que aspectos devem ser levados em conta nessa política, o que deve ser feito, com qual objetivo. Ou, em alguns casos, algumas acabam focando seus esforços e investigações apenas em um ponto: ou só na coleta sobre a inserção profissional, ou só no levantamento sobre manutenção de vínculo com a IES, ou na coleta de informações sobre a opinião dos egressos. A avaliação da comunidade externa ainda parece um ponto que desperta pouco interesse das instituições, pois é muito pouco lembrada ou citada nos relatórios, nada sendo mencionado em qualquer um dos relatórios da amostra. O que temos, quando o relatório referencia ter mecanismos para conhecer a opinião dos seus egressos, é a forma como o fazem: geralmente por meio de questionários aplicados pessoalmente ou enviados por e-mail. No entanto, nenhuma das IES que dizem investigar a opinião dos egressos traz dados concretos sobre a investigação: números, tabelas. E há aquelas IES que registram ainda não ter esse tipo de mecanismo. Pelo menos quatro das instituições da amostra fazem esse registro, entre as quais temos faculdades e institutos.

Nas instituições da Região Sul, boa parte delas menciona ter ou traz dados a respeito desse segmento. Entretanto, poucas IES da amostra, apenas 3, do total de 32, apresentam dados concretos (tabelas, gráficos, números) sobre pesquisas de acompanhamento com relação ao seu egresso, e em todas elas a opinião dos egressos e sua situação profissional são os focos principais:

São Objetivos do processo de avaliação dos egressos dos cursos de graduação:

- Propiciar ao [...] o cadastramento dos principais empregadores dos nossos egressos, bem como um cadastro atualizado dos nossos ex-alunos.
- Desenvolver meios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos, através da realimentação por parte da sociedade e especialmente dos ex-alunos.

- Criar condições para a avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho.
- Criar indicadores confiáveis para a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e conteúdos empregados pela instituição no processo ensino-aprendizagem.
- Dispor de informações atualizadas dos nossos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 169).

a) De acordo com os resultados fornecidos pelas subcomissões, verifica-se a boa colocação no mercado de trabalho dos nossos egressos, que em sua maioria estão atuando nas mais significativas empresas da região.

[...]

1) Foram feitas pesquisas com os egressos de Sistemas de Informação. 24 responderam. 17 estão empregados em empresa privada, 3 em pública/autarquia, 2 no terceiro setor, 1 no negócio da família e apenas 1 desempregado. 20 atuam na área da graduação, 4 não. 21 alunos avaliaram o curso como bom/ótimo, 8 como regular. 6 tiveram promoção na empresa e 5 foram selecionados em outra empresa. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 15-16).

A avaliação e o acompanhamento do egresso são realizados no âmbito institucional pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, por meio de questionário disponibilizado na página da UNIFRA, na *internet*, em fluxo contínuo. O objetivo é identificar e analisar o impacto das ações institucionais na formação dos estudantes e as fragilidades, tendo em vista o aperfeiçoamento do processo educativo. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 60).

Observa-se que o contato de maneira *online* com os egressos é a forma mais utilizada pelas instituições, pois permite o registro e a comunicação com esses alunos de maneira mais rápida e eficaz. Assim, temos muitas IES que destacam ter em sua página na *internet* um *link* especial, destinado ao egresso, ou um “portal do egresso”:

“O [...] mantém contato com aqueles que estudaram na instituição e agora são profissionais qualificados e participativos no mercado de trabalho, por intermédio do site...” (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA: CENTRO UNIVERSITÁRIO, 2006-2008, p. 67).

As Faculdades [...] colocam à disposição dos egressos o [...], que é uma equipe para lhe prestar serviços gratuitos de captação, divulgação e encaminhamento para vagas de emprego. Quando o [...], recebe oferta de emprego, imediatamente entra em contato com os ex-alunos que se enquadram no perfil solicitado pela empresa. Esse contato é feito por telefone, carta (via mala direta) ou Internet. Para tanto, o [...] desenvolveu no sítio um link próprio para que o egresso se cadastre no banco de dados, preenchendo ficha de cadastro de formados em cursos de graduação. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 94).

Os egressos possuem um próprio portal na internet onde são informados sobre as atividades da FAHOR e também de oportunidades de estágios, empregos, etc. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 34).

Novamente, nota-se que as IES não têm pensado em mecanismos para avaliar a opinião da comunidade externa, já que poucas citam esse ponto e apenas uma delas traz dados obtidos com a avaliação proposta:

A IES tem sua qualidade de ensino avaliada como “boa” na maioria absoluta das avaliações. Em nível de cursos de extensão e projetos a [...] recebe também uma boa avaliação por parte da comunidade externa. Apenas 10% das empresas consultadas não possuem funcionários que são ou foram acadêmicos da [...], ou seja, 90% das empresas possuem acadêmicos ou ex-acadêmicos sendo 60% atuando na área administrativa e 30% na área técnica. A avaliação de seus funcionários, sob o ponto de vista acadêmico, revela bons resultados quanto ao conhecimento prático, teórico e também do ponto de vista humano. É importante ressaltar que os cursos oferecidos são condizentes com as necessidades da região. Ainda considerando a necessidade da região, os cursos escolhidos seriam na área de Gestão, Agropecuária e Saúde e a modalidade a ser oferecida seria em nível de graduação/bacharelado e pós-graduação. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 20).

A Instituição está desenvolvendo mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre a formação recebida pelos egressos. É de seu interesse desenvolver essa estratégia rapidamente para, assim, utilizar as informações recebidas para revisar os planos e programas de cada curso. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 103).

São estratégias e ações definidas para serem realizadas sistematicamente à obtenção de recursos necessários à discussão dos currículos:

[...] Análise do feedback dado pelos alunos egressos e empresas para as quais trabalham. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 46).

Com base na análise dos relatórios da Região Sudeste, observa-se que poucas instituições não registram ter uma política de acompanhamento do egresso ou, pelo menos, ter a intenção de estabelecê-la. Muitas delas citam de que maneira têm ou como pretendem coletar dados para compor um conjunto de informações sobre esse segmento. Entretanto, apesar de muitas IES sinalizarem estar preocupadas com os seus egressos, novamente faltam dados e informações, o que nos situa de novo no plano das intenções. As instituições registram que realizam investigação, mas não trazem dados, apresentando, por vezes, só constatações:

Quanto ao acompanhamento do egresso foi montado um fluxo de comunicação onde, a cada mês, fazemos um levantamento das atividades desses ex-alunos. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 12).

Com o intuito de sempre buscar novas alternativas para acompanhar o egresso, a partir das turmas 2005 a pesquisa do egresso passa a ser aplicada através do SAE on-line, no endereço [...] onde também estão disponibilizados os resultados desta avaliação. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2006-2008, p. 29).

[...] Pelo relato de egressos, convidados a participar das atividades de recepção aos ingressantes, trata-se de uma atividade que muito contribui para a formação profissional, para a inserção no mundo do trabalho e, principalmente, para a continuidade da formação acadêmica. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 75).

Muito poucas investigam a avaliação da comunidade externa e dos empregadores. Menos de 10 instituições mencionam ter instrumentos para investigar esse aspecto, e apenas uma delas traz dados coletados com a avaliação realizada. Poucas IES, em torno de quatro instituições, apesar de ainda não terem mecanismos de avaliação com relação à comunidade externa, registram a intenção de implementá-lo. Alguns exemplos:

a. Pesquisa com a comunidade externa:

Os participantes da comunidade externa são organizações instaladas nas regiões de [...], envolvidas em atividades que têm forte identificação com nossos cursos e afirmam que o [...] é altamente atuante (82,6%), avaliando nossos cursos como ótimos e bons (69,6% e 30,4% respectivamente), considerando-se beneficiada com nossos trabalhos (91,3%) e aquelas que acolhem os acadêmicos em estágios identificam-nos como bom desempenho (86,9%) e médio desempenho para 13,1%, o mesmo acontecendo com a opinião sobre nossos egressos: ótimo desempenho 87,5% e médio desempenho 12,5%. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 6).

Quanto à opinião dos empregadores; na relação Escola/empresa, através dos estágios profissionalizantes se colhem as opiniões dos empregadores para a atualização e melhoria dos cursos de graduação. (RELATÓRIO DA CPA – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, 2008, p. 35).

Na tentativa de melhor sistematizar o que foi exposto quanto aos conteúdos dos relatórios da CPAs sobre o tema egresso, elaborou-se a Figura 4.

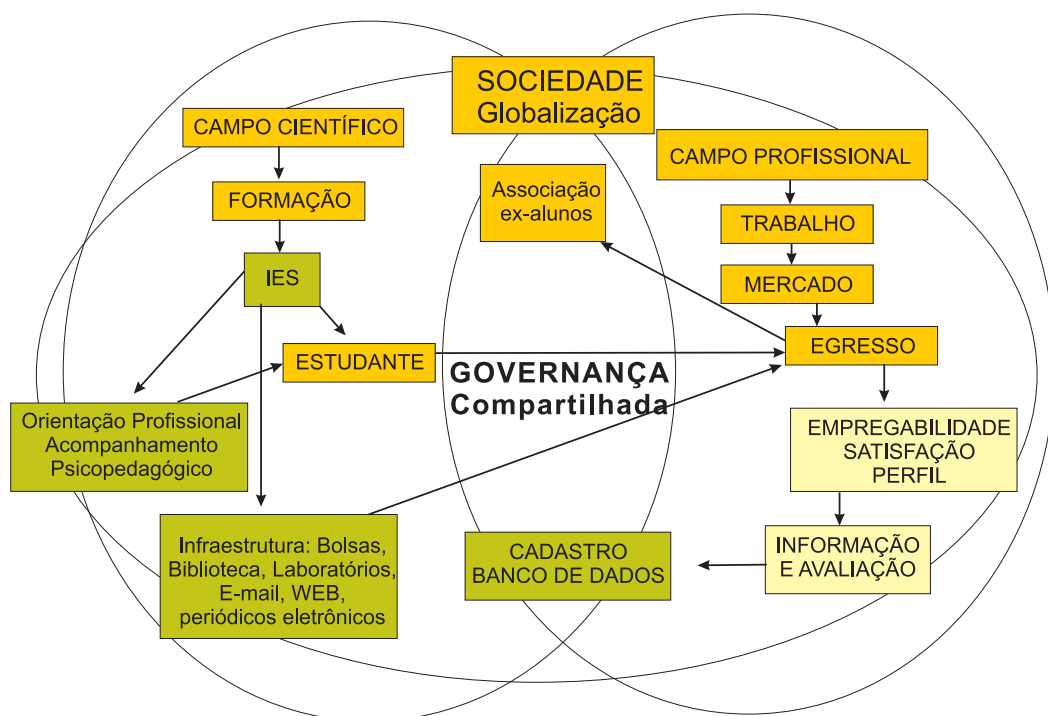


FIGURA 4 CAMPO CIENTÍFICO E CAMPO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fonte: Elaboração própria

A leitura dos relatórios demonstra que existe o interesse e a percepção de que levantar dados sobre os egressos é algo importante para a instituição, algo que deve ser feito, porém, muitas das IES, no momento de produção dos relatórios analisados, ainda estavam num estágio inicial de organização da proposta e das informações para a efetivação de um acompanhamento de maneira sistemática. Percebe-se também que o que fazer com os dados obtidos ainda algo que não está muito claro para as IES, pois mesmo aquelas que informam ter dados sobre seus egressos, trazendo algumas informações coletadas, não analisam a informação obtida e não dizem o que pretendem fazer com os dados construídos.

Em suma, a análise dos dados sobre egresso constante nos relatórios demonstra que o tema tem sido motivo de preocupação das IES, mas as ações para implementação de uma política institucional de acompanhamento dos egressos ainda é incipiente ou inexistente. O conteúdo sobre pesquisas e o levantamento acerca dos egressos, quando apresentado, ocorrem de forma vaga, sem apresentação de dados concretos. Percebe-se também que alguns aspectos, como a participação dos egressos na vida da IES, antes comentado, a avaliação que esse segmento faz da formação recebida e a que a sociedade e os empregadores fazem do profissional que recebem são aspectos que parecem estar vagos.

Assim, pode-se dizer que as instituições têm preocupação com o seu egresso, uma vez que conscientes da importância de investigar o que ocorre com ele e o impacto que elas causam, afinal, no meio em que estão inseridas. Todavia, tudo ainda parece incipiente, assistemático e, em alguns casos, sem rumo. Existe a percepção de que seja importante pesquisar, acompanhar os egressos, porém essa ideia, apesar de certa, parece não estar clara, isto é, a pergunta “para quê?” precisa estar mais bem formulada pelas instituições para que elas possam definir o “como”.

O que parece é que a institucionalização de uma política nesse sentido, dentro das IES, carece ser mais debatida, a fim de estabelecer de forma clara o que se pretende com ela, para, assim, poder traçar um plano, as estratégias do que fazer e de como avaliar essas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DIREÇÃO À GOVERNANÇA COMPARTILHADA NA PERSPECTIVA DO ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A educação superior vem sendo considerada um importante fator na sociedade do conhecimento, na qual, conforme o próprio título registra, o conhecimento é a mola maior para o desenvolvimento econômico-social. Em se tratando de conhecimento, é importante lembrar que grande parte dele é produzida na academia – o que, nas palavras de Pierre Bourdieu, integra o campo científico, ligado à formação dos recursos humanos de alto nível.

Entretanto, a concepção atual de educação superior não nos autoriza mais a considerá-la como uma *torre de marfim* de sábios incomunicáveis, que pensa sobre um determinado perfil de formando sem considerar a opinião da sociedade e, mais especificamente, do mercado que irá acolher – acolher bem – ou não acolher o formado proveniente da instituição universitária. Antes de tudo, o campo científico é responsável pela formação de recursos humanos de alto nível que reproduzirão ou transformarão essa sociedade.

Nesta concepção de campos sociais, o autor nos chama a atenção para outro campo, diretamente relacionado ao produto da instituição universitária – o profissional, ligado ao trabalho.

Teoricamente ambos os campos – o da formação e o da profissão – se bastam e têm suas regras próprias, mas na prática eles estão altamente interligados mesmo que essa relação seja minimizada pela academia. Uma das mais importantes imbricações é realizada pelo egresso. Formado na academia, mas avaliado pelo mercado/trabalho.

Assim, é importante buscar uma relação entre o campo científico (da formação) e o campo profissional (do trabalho) bem como utilizar a avaliação feita pelos egressos sobre o curso, na medida em que diagnosticam tanto o que aprenderam (competências) na educação superior e que foi aproveitado do apreendido pelo campo profissional, como o que avaliaram que deveria ter sido desenvolvido no curso e não o foi.

É nesse contexto que este trabalho integra o Projeto PNUD – Projeto BRA/04/049 para realizar estudo do desempenho das instituições de ensino superior com análise do impacto da implementação do Sinaes para a melhoria da qualidade da educação superior no 2º ciclo avaliativo.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a política institucional de integração e a avaliação do egresso dos cursos pertencentes ao 2º Ciclo do Enade, com base nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). Como objetivos específicos podem ser destacados: Organizar, sistematizar e avaliar a metodologia relativa ao Egresso, como política institucional de avaliação; Analisar e contrastar as políticas de acompanhamento dos egressos contidas nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs); e Subsidiar uma política de Avaliação Institucional referente ao acompanhamento dos egressos, especificamente, em Relatórios de Avaliação Institucional.

O Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – constitui uma forma de governança – aquela que busca o compartilhamento através da colegialidade, ou seja, através da participação de diferentes atores e níveis na avaliação da educação superior – alunos, cursos, instituições. Com o Sinaes reforça-se a importância da análise de processo, através basicamente da Avaliação Institucional (AI).

Esse tipo de governança compartilhada é mais antecipativa (preventiva) do que restaurativa. E o principal desafio desse tipo de governança é a sua atuação ante os grandes problemas com que a IES se depara(rá), mais do que a rotina do cotidiano.

A tecnologia é utilizada como ferramenta administrativa para aprimorar a comunicação e tem um importante papel para a integração do egresso como fonte de avaliação da IES que cursou. Ela implica conhecimento de seu estado da arte; implica capacitação para o seu uso; e implica atitude diante de novos paradigmas e lógicas (SIRONGE; RICHARD; CATANO, 2010).

Constatou-se que existe o interesse da IES e a percepção de que levantar dados sobre os egressos é algo importante para a instituição, algo que deva ser feito, porém, percebe-se também que o que fazer com os dados obtidos ainda é algo que não está muito claro para as IES. Mesmo aquelas que informam ter dados sobre seus egressos, trazendo algumas informações coletadas, não analisam profundamente a informação obtida.

Este estudo reforça a importância da participação dos egressos na vida da IES, da avaliação que esse segmento faz da formação recebida e da avaliação que a sociedade e os empregadores fazem do profissional que recebem. E, ainda, reforça a importância da governança acadêmica compartilhada.

Em síntese, pode-se afirmar a necessidade da consolidação do uso do acompanhamento do egresso na busca de uma avaliação sobre a IES na qual se formou. Necessitamos do desenvolvimento de uma cultura de inserção do egresso na instituição universitária.

Em síntese, ainda, a certeza das diretrizes do Sinaes quando se apoia na governança compartilhada e quando busca a integração do campo científico com o campo profissional, ou seja, o campo da formação com o campo do trabalho.

Paralelamente, a institucionalização de uma política nesse sentido, dentro das IES, carece ser mais debatida, a fim de estabelecer de forma clara o que se pretende com ela, para, assim, poder traçar um plano, as estratégias do que fazer, e de como avaliar essas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ANECA. Agencia Nacional de Evaluacion de la Calidad y Acreditacion. Informe Graduados. Titulados universitarios y mercado laboral Proyecto Reflex. Madrid: Aneca, 2008. Disponível em: <<http://www.aneca.org.es>>. Acesso em: 8 fev. 2008.

ARY, D.; JACOBS, L.; RAZAVIEH, A.; SORENSEN, C. *Introduction to research in education*. California: Thomson, 2006.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122 - 155.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89 - 94.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). *Enade 2005 – Relatório Síntese*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/enade/2007/relatorios.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

_____. *Análise dos Relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior*. v. 3. Brasília: Inep, 2011.

_____. *Da concepção à regulamentação*. Brasília: Inep/MEC, 2009.

_____. *Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições*. Brasília: Inep, 2004.

_____. *O Exame Nacional de Curso*. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/provao/sintese/2002/capitulo1.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Resumo Técnico – Censo da Educação Superior de 2009*. Brasília-DF: MEC/Inep, 2010.

_____. *Uma nova política para a educação superior brasileira*. Relatório da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. Brasília, 1985.

_____. MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO SINAES. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. Brasília: Inep, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR. *Programa de Avaliação institucional das universidades brasileiras – Paiub*. Brasília, 1993.

CUNHA, Luiz Antônio. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, Hégio (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2007.

MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E.; SEGENREICH, S. *A expansão da educação superior no Brasil pós-LDB/96: Organização institucional e acadêmica*. Estudos. Campo Grande: EdUCDB, 2011.

MOROSINI, M. C. *Qualidade e pesquisa em educação superior: algumas tendências*. Londrina/Uel: Anped Sul, 2011.

_____. *Qualidade na Educação Superior: tendências do século XXI. Estudos em Avaliação Educacional – Educação Superior*. São Paulo: Carlos Chagas, 2009. v. 20, n. 43, maio/ago. 2009. p. 165-185.

MORTIMER, K.; SATHRE, C. *The art and politics of academic governance: relations among boards, presidents and faculty*. United Kingdom: Rowman & Littlefield Publishers, Inc/ACE – American Council on Education, 2010.

PASCARELLA; TEREZINI, P. *How Colleges affects students: findings and insights from twenty years of research*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1991.

PROFLEX. *Resultados - Informe General*. 2008. Universidad Politécnica de Valencia – Centro de gestión de la calidad e del cambio. Disponível em: <www.reflex.com>.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.

SCHOMBURG, H.; TEICHLER, U. *Employment Outcomes of Young Graduates in Europe and Japan: Empirical Evidence from CHEERS and REFLEX*. International Centre for Higher Education Research Kassel (INCHER-Kassel), 2008.

SECHREST, L.; SIDANA, S. Quantitative and qualitative methods: Is there an alternative? *Evaluation and Program Planning*, v. 18, p. 77-87, 1995.

SILVA, E. L. da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

STRONGE; RICHARD; CATANO. *Qualities of effective principals*. Virginia: ASCD – Association for Supervision and Curriculum Development, 2008.

UVALIC-TRUMBIC, Stamenka. Quality and Accreditation. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL INOVAÇÃO, UNIVERSIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO*. Porto Alegre: PUCRS/Unesco, 9-10 out. 2010.

Esta obra foi impressa em Brasília, em 2015.
Capa impressa em papel cartão supremo 250g
e miolo em papel *off-set* 90g.
Texto composto em Swis721 LtCn BT corpo 10.



Este produto é impresso na Marina Artes Gráficas, uma empresa comprometida com o meio ambiente e com a sociedade, que oferece produtos com o selo FSC®, garantia de manejo florestal responsável.



INEP

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA